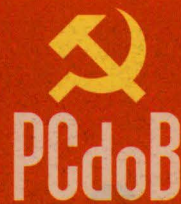


# A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS

ANO 78 - Nº 231 - 2 de outubro de 2003 - R\$ 1,70

## Em defesa da unidade PCdoB conclui processo disciplinar

**N**uma reunião histórica, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil encerrou, nos dias 27 e 28 de setembro, o Processo Disciplinar referente ao voto dissidente dos parlamentares federais Sérgio Miranda, Jandira Feghali e Alice Portugal na votação da reforma da Previdência. A importância da reunião vem de sua coesão e do conteúdo firme e equilibrado de suas resoluções em defesa da unidade e da política do Partido.

Entre outras sanções estipuladas pela Resolução, Sérgio Miranda e Jandira Feghali foram destituídos do CC pelo prazo de 8 meses e Alice Portugal recebeu uma censura pública. Estas medidas disciplinares, conforme explica o documento do CC, têm um sentido educativo e visam a contribuir para que os três parlamentares "se reencontrem com a unidade e a política partidárias".

A reunião foi aberta pelo presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, que apresentou a peça de instrução e as penalidades propostas; em seguida, os parlamentares fizeram suas defesas. Juntamente com o debate que se seguiu, foram consumidas 12 horas do dia 27, sábado; 60 pessoas ocuparam a tribuna para manifestar sua opinião.

Os três parlamentares tiveram amplo direito de defesa e o exer-



Mais de 60 dirigentes manifestaram sua opinião na reunião do Comitê Central

ceram tanto na fase de instrução do processo quanto diretamente nesta reunião decisória. Cumpriram-se rigorosamente o rito do Estatuto para questões desta natureza, cujo objetivo é a adoção de medidas judiciosas "que resguardem tanto o seu respeito e aplicação quanto os direitos que ele assegura aos militantes".

Não foram as idéias daqueles camaradas que estavam em julgamento. Elas foram – e são – expressas de forma livre no debate em curso no Partido. Divergência compreensível na situação nova e

complexa que o Partido vive hoje, participando do governo e simultaneamente dirigindo parcela cada vez mais importante do movimento social.

O que estava em julgamento foi o voto dissidente, foi a quebra da regra de ouro da organização partidária, o centralismo democrático. E o resultado da votação, na manhã do domingo, dia 28, registrou com vigor essa compreensão do principal coletivo dirigente do Partido – entre os 51 membros do Comitê Central, 49 votaram a favor da proposta da Comissão Po-

lítica Nacional, e a unanimidade só foi quebrada pelo voto de abstenção dos dois dirigentes que estavam sendo julgados, Sérgio Miranda e Jandira Feghali. Não houve um único voto contrário, demonstrando a firme unidade do Partido e de seus dirigentes em torno do princípio básico de sua estruturação, o centralismo democrático e da linha política aprovada na 9ª Conferência Nacional do PCdoB.

*Esta edição inclui o Encarte Especial com documentos do Processo Disciplinar.*

### EDITORIAL

## Um princípio que não pode ser rompido

**O**s deputados da bancada federal do PCdoB que, na reforma da Previdência, optaram por um voto dissidente desrespeitaram o principal fundamento da estruturação do Partido ao deixar de cumprir uma decisão coletiva e, assim, romper com o princípio do centralismo democrático. Há um conjunto de questões enfiado sob esta forma de entender a organização partidária, definida por Lênin no início do século XX, e cujo mecanismo pode ser sintetizado nas palavras debater, decidir, aplicar.

Debater: o embate de opiniões é livre, amplo e envolve de forma organizada todas as instâncias partidárias. Decidir: a mais alta dessas instâncias é o Congresso do Partido, que define a política, o programa, os objetivos táticos e estratégicos, delibera e aprova as linhas de ação, e elege a

direção que terá a responsabilidade de fazer com que essas decisões sejam aplicadas. As decisões são adotadas por consenso ou pela maioria dos votos, pelo Congresso ou, no intervalo entre um e outro, pelo Comitê Central ou por seus organismos de direção, como a Comissão Política, o Secretariado; se julgar necessário, o Comitê Central convoca uma conferência do Partido (como ocorreu com a convocação da 9ª Conferência, em 2003). Aplicar: Percorrida toda a linha de elaboração e aprovação, a decisão tomada é de todos e sua aplicação torna-se obrigatória para todos os membros do Partido.

Lênin usou a expressão "centralismo democrático" pela primeira vez em 1905, em uma resolução sobre a organização do Partido que refletia o difícil contexto vivido então, resultado da divisão

– e da convivência, em seu interior – de duas correntes, os bolcheviques e os mencheviques. A compreensão daquele princípio desenvolveu-se desde então e o próprio Lênin, na luta contra as correntes reformistas e revisionistas, antes e depois da vitória de 1917, teve papel importante nesse desenvolvimento. Sua atuação mostrou a necessidade do centralismo democrático não só no período da clandestinidade, mas também durante a luta revolucionária e, depois, na direção do Estado soviético.

Posteriormente, houve uma hipertrofia do centralismo democrático e em sua compreensão muitas vezes estreita, com consequências sérias para a construção do socialismo como uma experiência democrática plena. O PCdoB soube, ao longo do tempo, aprimorar o caráter democrático desse princípio.

Além daqueles traços já citados, que definem seu funcionamento, o método leninista de organização partidária parte de princípios democráticos muito sólidos e profundos: o Partido tem um centro único; o individual se subordina ao coletivo; na ação, a minoria se submete à maioria; os órgãos inferiores se submetem aos superiores, e o conjunto das organizações partidárias ao Comitê Central. O centralismo democrático não é, assim, uma característica ideológica ou doutrinária, atemporal ou ahistórica, mas sim a viga principal da estrutura dos partidos de tipo leninista, e relativizar sua vigência e validade coloca em xeque a própria natureza do Partido, sua necessidade histórica e sua capacidade de cumprir as grandes e generosas tarefas que cabem à vanguarda consciente do proletariado.

Página 3

### Crescimento e problemas

*"Estatísticas do Século XX", do IBGE, mostra um Brasil campeão mundial de crescimento, e também de desigualdades*

Página 4

### Menos e melhores tributos

*O objetivo da reforma tributária é destravar a economia e retomar o investimento, o crescimento e a geração de empregos*

Página 5

### Sindicatos representativos

*"Nosso desafio é tornar o sistema sindical mais representativo", afirmou Osvaldo Martins Bargas, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Fórum Nacional do Trabalho, em visita ao PCdoB*

Página 6

### Comunismo em ritmo de frevo

*Em Pernambuco, só neste ano, houve duas mil novas filiações ao PCdoB. São estudantes, líderes comunitários, profissionais liberais, parlamentares, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, espalhados por todo o Estado*

Página 7

### Na Ilha, com Fidel

*A política externa de Lula não exclui Cuba, e quer romper o cerco contra ela*

Página 11

### Pensando o cérebro

*O estudo sobre a interação entre a experiência e o funcionamento do cérebro leva a uma compreensão mais acurada do conhecimento humano*



PCdoB

# Comitês municipais: elo decisivo

*Os comitês municipais realizam suas conferências com vistas à fase estadual. Suas orientações e deliberações serão o elo decisivo do impulso do PCdoB nos próximos 2 anos*

WALTER SORRENTINO\*

A 9ª Conferência Nacional repôs orientações para dotar os comitês municipais de maior capacidade para dirigir a atividade do Partido. Todos os estados se apropriaram das formulações do documento. Vivemos um período que exige novas linhas de acumulação de forças.

Recolhemos para isso as experiências de quatro planos de estruturação partidária, aplicados nos últimos 5 anos. O processo de estruturação partidária tem dimensão política, ideológica e organizativa. A política como vetor impulsionador, a ideologia como fator aglutinador, a organização como fator que materializa a força dos comunistas. Perseguimos uma base comunista mais forte e estruturada entre os trabalhadores e a juventude, tendo por centro a consolidação dos comitês municipais, sobretudo nas cidades com mais de 100 mil habitantes. Elas são 227 em todo o país e o Partido está estruturado em 185 delas. Estabeleceu-se um objetivo mais perene e duradouro de nossa direção organizativa. Trata-se de um processo que precisa ser perseguido agarrando os elos da cadeia que podem dar maior força ao PCdoB.

As presentes conferências municipais colocam condições para um passo extraordinário nessa direção. O Partido cresce em todo o país, possivelmente na que é a maior onda de crescimento vivida pela nossa geração militante, em qualidade e extensão. Sobressai-se o ingresso de numerosos quadros da luta política e social em quase todas as capitais e em numerosos grandes municípios de regiões metropolitanas. Vão para perto de uma centena os novos vereadores que ingressam, somando-se aos 150 eleitos em 2000; comparecem também vários prefeitos e ex-prefeitos, vice-prefeitos, deputados eleitos ou suplentes, além de lideranças expressivas em variados campos de ação. Uma base mais extensa e numerosa significa maiores exigências para a atividade de direção, mas também maiores possibilidades de dar um salto no seu processo, pela maior disponibilidade de quadros. Precisamos acertar os eixos que definem a construção das novas direções municipais.

A Resolução da 9ª Conferência Nacional fornece indicações bastante coerentes para isso. A construção desse elo indispensável do fortalecimento partidário está atravessada por quatro vetores centrais.

O primeiro, situar a linha política da 9ª Conferência no ambiente concreto do município. Pôr a política no posto de comando. O PCdoB ocupa determinado lugar político na sociedade e precisa ser construído em cada município à luz da política nacional. Ampliou-se a base social de interesse na política de desenvolvimento de caráter democrático e progressista e o arco de forças com que o PCdoB pode se relacionar em sustentação do êxito do governo Lula. É necessário ir ao encontro das sentidas aspirações populares, dando forte protagonismo ao papel do Partido no movimento social, politizando-o e elevando sua organização e mobilização. É preciso incorporar essa exigência como parte do reposicionamento político do Partido e como fator essencial do êxito tático. Isso terá importantes efeitos para a batalha eleitoral de 2004.

O segundo, situar a atuação partidária no conhecimento aprofundado da situação econômico-social, política e cultural do município. Levar em conta todas e cada uma das características da vida e economia local, as relações de classe, as forças políticas, o movimento social, o impacto local do projeto nacional, as tradições próprias. Dar novos passos num processo cumulativo, construindo um projeto de médio prazo, com eixos estratégicos.

O terceiro é de natureza ideológica. Quanto mais amplo e numeroso é o Partido, mais necessita de direção firme, coesa, capaz de pôr em movimento unitário o seu conjunto. Tal direção é uma construção coletiva, com base em projeto político coletivamente formulado.

A recente reunião do CC, que tratou das sanções aos que violaram as normas partidárias, é um importante exemplo no sentido de permanência de valores e ética essenciais da condição de comunistas. É importante ter direções que zelem pelo projeto comum. Quanto mais formos capazes de construir direções assim nos municípios, mais sólido será o crescimento partidário.

O quarto é a composição e papel da direção municipal. Os comitês municipais são o elo chave para ampliar as bases do Partido. Sem um coletivo organizado, estruturado em bases partidárias ou comitês distritais, não aprofundaremos nossos laços com os trabalhadores e o povo. Dirigimos um coletivo organizado de comunistas!

O processo de direção interrelaciona as esferas política, ideológica e organizativa. Uma sem a outra não conduz ao amadurecimento da estruturação partidária. Por isso falamos de fortalecer o caráter orgânico (não apenas organizativo) do trabalho de direção e de planificar a atuação interagindo essas três dimensões.

A composição e funcionamento das direções precisam se adequar às novas exigências postas pelo crescimento. A 9ª Conferência Nacional fez formulações importantes sobre limitações e vícios a superar. Visões diluidoras da responsabilidade de direção, bem com visões estreitas e sectárias de relação entre os dirigentes ou entre estes e os militantes, estiolam o Partido, fazem murchar a chama que impulsiona homens e mulheres militantes a se superar em suas vivências do cotidiano para se pôr a serviço de um projeto de nova sociedade. Há novos impulsos a levar em conta nesse terreno. Com fileiras partidárias mais extensas, a composição do comitê poderá ser mais ampla e numerosa. Não se trata de conferir caráter federativo a essa composição, mas alargar sua representatividade. Exige-se consolidar a instituição de comissões políticas – cuja composição expresse a capacidade de implementar o projeto coletivo – e ser mais consequente com a formação de um corpo de quadros mais permanente, capaz de maior dedicação ao trabalho concreto de direção e estruturação partidária nas indispensáveis frentes internas e de ação de massas. Renovar práticas e vivências estratificadas, trazendo novos contingentes à direção.

É preciso superar a visão de concentrar todo o trabalho executivo em um ou dois dirigentes “gerais”, bem como a concepção de que só profissionalizados os quadros podem se dedicar ao trabalho orgânico de direção. Necessita-se de quadros de todos os tipos, regidos como uma orquestra no sentido de impulsionar o projeto definido. Uma direção mais colegiada, capaz de integrar a experiência dos mais calejados com o frescor dos novos militantes. Um Partido com maior musculatura militante só é possível se estiver centrado em direções municipais capazes, coesas e representativas.

\*secretário de Organização do PCdoB

CARTAS

*Já estava mais que na hora do Brasil erguer a cabeça e deixar de ser um país subordinado ao imperialismo americano.*

Maria L.I.C. – SP

*Acho que esta guerra de defesa do nosso idioma precisa ganhar força, precisa ir para as escolas, para os meios de comunicação.*

*Parabéns ao deputado Aldo Rebelo que, ao levantar essa bandeira, muito nos orgulha.*

Marília C.C. – DF

*Quando foi que os americanos ganharam alguma guerra? A de 1945 foram os russos. Perderam a do Vietnã, a do Afeganistão, idem e pelo que entendi estão perdendo a do Iraque, além de cair a máscara de “bons”. Isso é jogar pôquer. Blefam e mentem muito.*

June M. Z. – SC

*Mesmo não conseguindo algumas modificações, o governo atual tem saído vitorioso em menos de um ano.*

*A sociedade precisa unir-se ao presidente que já alcançou metas até então consideradas impossíveis num país com grandes diferenças sociais.*

Maria L.I.C. – SP

*Gostaria de parabenizar o sítio pela brilhante atuação no esclarecimento em relação a Alca. E em pesquisa que realizei, muito me ajudou em um trabalho da universidade.*

Rodrigo C. – RN

*Felicitos a iniciativa de solidarizarem-se com o herói palestino Arafat, e também pelo dinamismo das ações desenvolvidas pelo PCdoB.*

Genaldo V.R. – SE

*Sempre que posso olho o que vocês mandam para o meu e-mail. Muitas das vezes até abro mão de ler os jornais diários porque vocês fornecem notícias muito mais relevantes.*

Cristiane – RJ

*Perdemos de vez a noção do que é humano. Diante de tantas atrocidades, a morte já não nos comove. Sugere, quando muito, algum comentário, mas nada de consternação.*

Marilene M. – DF

*Na cidade onde moro não tem UBM, mas acho muito importante o debate de gênero para a construção de uma mudança social tão grande que é o socialismo.*

Fabiane A.G. – RJ

*Queremos que todas as bandeiras estudantis sejam levantadas e que possamos realizar a maior vontade do povo brasileiro: ser livre. Viva o Partido Comunista do Brasil!*

Luciano – AC

*Sou português, mas chorei de alegria quando Lula ganhou as eleições e quando recebeu o mandato. Nem de casa saí para ver tudo. Com amizade me despeço.*

José P. – Portugal

*A campanha salarial é um momento de exaltação dos sindicatos e a juventude trabalhadora tem muito a contribuir se quiser mesmo ganhar espaços no sindicalismo.*

André S.L. – SP

*A presença do presidente Lula em Cuba, junto ao presidente Fidel Castro, marca definitivamente uma nova etapa no relacionamento entre os dois países, indicando uma resposta contra o bloqueio de 40 anos imposto pelos governos dos EUA sobre aquele país amigo.*

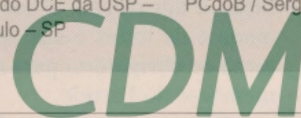
João B.S. – MG

*Parabéns comunistas do mundo pelo quinquagésimo quarto aniversário da gloriosa revolução chinesa, que expressou o pensamento de Marx e Lênin. Vida longa ao PC Chinês! Um brinde ao socialismo.*

Juliano R.M. – RS

AGENDA

01/10 Audiência Pública "A questão da Mortalidade Materna do Estado" – Palácio Farroupilha – Porto Alegre/RS	13/10 Festa de filiação ao PCdoB do cantor Nasi (do grupo Iral) – Bar Brahma – São Paulo/SP	25/10 (sábado) Conferência Estadual do PCdoB/Paraná
01, 02, 03 e 04/10 Fórum Gaúcho da Juventude – Pq. Exposições Germano Dockhorn – Três de Maio/RS	18/10 e 19/10 (sábado e domingo) Conferência Estadual do PCdoB / DF	25/10 e 26/10 (sábado e domingo) Conferência Estadual do PCdoB / Goiás
02 e 03/10 Ciclo de Debates "O PCdoB e a conjuntura de Parnamirim" – PCdoB/RN – Parnamirim/RN	24, 25 e 26/10 (sexta, sábado e domingo) Conferência Estadual do PCdoB / Amapá	25/10 e 26/10 (sábado e domingo) Conferência Estadual do PCdoB/ Mato Grosso
04/10 (sábado) Conferência Estadual do PCdoB / Alagoas	24, 25 e 26/10 (sexta, sábado e domingo) Conferência Estadual do PCdoB / Sergipe	31/10 e 01/11 (sexta e sábado) Conferência Estadual do PCdoB / Piauí
08 e 09/10 Eleição do DCE da USP – São Paulo – SP		31/10, 01 e 02/11 (sexta, sábado e domingo) Conferência Estadual do PCdoB/ São Paulo



Centro de Documentação e Memória  
Fundação Marco Teixeira  
Administração Francyrose de Andrade Matarazzo  
185 Jardim Paulista São Paulo SP CEP 01405-010 TEL 11-3034 1800

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS

# A Classe Operária



DIRETOR JOÃO AMAZONAS (1912-2002), JORNALISTA RESPONSÁVEL PEDRO DE OLIVEIRA (1910-1987), EDIÇÃO MARCELO RUY, CARLOS POMPE, EDVAR BONOTTO, RENE FERES, DIAGRAMAÇÃO MARCO TEIXEIRA, ADMINISTRAÇÃO FRANCYROSE DE ANDRADE MATARAZZO/ ALAMEDA SARUTAIA 185 JARDIM PAULISTA SÃO PAULO SP CEP 01405-010 TEL 11-3034 1800  
classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe



## ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS

# Campeão de crescimento... e de problemas

*O IBGE acaba de lançar a mais completa compilação de dados sobre o Brasil, de 1900 a 2000. Eles mostram um país dinâmico e perverso*

CARLOS POMPE

**A**caba de sair a mais completa radiografia estatística do Brasil. Ela está nas 543 páginas e nos 16,5 mil arquivos de CD-ROM da publicação "Estatísticas do Século 20", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 16 mil tabelas que mostram a evolução do País em áreas como educação, saúde, economia e cultura ao longo do século passado, em que o Brasil foi campeão mundial de crescimento. O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, apresentou o trabalho numa cerimônia no Rio de Janeiro, com a presença do economista Celso Furtado, homenageado por sua contribuição aos estudos estatísticos do Brasil, do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do ministro do Planejamento, Guido Mantega.

Os números mostrados pela publicação são expressivos. Entre 1901 e 2000, a população brasileira cresceu dez vezes, passando de 17,4 milhões para 170 milhões. No mesmo período, o Produto Interno Bruto se multiplicou ainda mais: 110 vezes. O PIB per capita, em feito comparável ao desempenho de países como Japão, Finlândia, Noruega e Coreia, cresceu 12 vezes. Embora a riqueza tenha aumentado quase 21 vezes mais que a população, ela não foi dividida mas concentrou-se: em 1960, os 10% mais ricos do país ganhavam 34 vezes o recebido pelos 10% mais pobres; a diferença chegou a 60 vezes em 1991 e em 2001 ainda era 47 vezes.

As primeiras estatísticas sobre sindicalismo, trabalho e emprego apareceram a partir de 1936. Criada em 1939, a estrutura sindical brasileira só foi modificada significativamente com a Constituição de 1988. Durante os regimes autoritários, os sindicatos podem ter subestimado seu número de associados, ganhando, com isso, certa margem de manobra em sua contabilidade, sempre fiscalizada pelo governo federal. De fato, enquanto a PNAD de 1973 estimava em quase 37 milhões a população ocupada do País, o inquérito sindical reportava a existência de 3,2 milhões de trabalhadores sindicalizados, o que implica numa taxa de sindicalização de 9% – considerada baixa demais. Já no período democrático posterior a 1988, pode ter ocorrido o inverso: na época, os sindicatos recenseados pelo IBGE informaram uma taxa de sindicalização superior a 35%, enquanto a PNAD, no mesmo período, detectou que, no máximo, 25% dos trabalhadores estavam filiados a sindicatos e associações de classe.

Neste período de cem anos, a expectativa de vida pulou de pouco mais de 30 anos para cerca de 70. O país ficou mais velho, urbano, feminino, alfabetizado e industrializado. Caiu a mortalidade infantil, mas 6,1% ainda morrem de infecções típicas do Terceiro Mundo. O país teve

um acelerado aumento populacional, na primeira metade do século, e forte queda da natalidade na segunda metade. Há mais alunos nas escolas, mas a qualidade do ensino piorou. O crescimento populacional não foi acompanhado de melhorias na infra-estrutura das cidades, gerando uma ocupação desordenada do solo e déficit habitacional. O Brasil não conseguiu eliminar doenças como tuberculose e malária, que herdara do século 19, e incorporou males modernos como doenças crônicas e degenerativas. Doenças cerebrovasculares, circulatórias e cardíacas, juntas, respondem por 23% das mortes.

A violência foi a terceira maior causa de morte de brasileiros. O país ficou mais violento. Em 1907, todos os presos na então Capital Federal tinham sido condenados por delitos contra a pessoa. Entre os 2.833 sentenciados, 2.422 haviam cometido assassinato. Em 1985, havia 39.609 presos, 57,8% deles por crimes contra o patrimônio (que só aparecem nas estatísticas a partir de 1943), e 26,5% por crimes contra a pessoa. O tráfico de entorpecentes surge nos anuários somente a partir da década de 60. De 1965 a 1985, triplicou o número de condenações por tráfico.

A inflação acumulada indica que, se um produto custasse R\$ 1 em 1901, seria vendido no ano 2000 por R\$ 11 quatrilhões. As taxas inflacionárias entraram em curva descendente na última década, assim como a renda do trabalhador. A inflação dobrou como média anual entre os anos 30 e os anos 40. A partir daí, cada década foi pior do que a anterior, neste particular. De 90 a 95, a média anual de inflação foi de 76,4%; nos últimos cinco anos do século, essa média caiu para 8,6%. A inflação anual média no século foi de 45,2%. A perda do poder de compra do salário-mínimo, criado em julho de 1940, foi de 50% no Rio de Janeiro e São Paulo, em comparação com o pico de sua existência, em 1950.

O país registrou no século um crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,8% e uma elevação do PIB per capita de 2,5% ao ano. Sua pior crise de crescimento ocorreu entre 81 e 84, quando o PIB per capita recuou 12%. O IBGE define a crise de 1988 a 1994 como a mais prolongada do século. "Para financiar o crescimento de suas despesas, o governo brasileiro realizou, durante o século 20, diversas reformas tributárias (em 1934, 1946,

1967 e 1988)", diz o IBGE, indicando que o estado aumentou despesas e elevou a carga tributária. De 1920 a 1958, ela subiu de 7% a 19% do PIB; hoje está em torno de 37%.

O país se manteve dependente do capital estrangeiro. A dívida externa era de US\$ 291,6 milhões em 1901 e, no fim do século, US\$ 236 bilhões – 810 vezes maior. No início do século passado, a dívida externa equivalia a uma vez e meia o valor das exportações; 100 anos depois era equivalente a mais de quatro vezes o valor das vendas externas totais.

A participação do Brasil nas vendas externas mundiais oscilou entre 1,5% a 2% no período. Até 1960, as vendas externas concentravam-se em café (principalmente), borracha e algodão. De 1940 a 1945 os produtos industrializados iniciaram uma participação expressiva nas exportações, com média de 44% do total exportado no período. Os EUA foram o principal destino dos nossos produtos e, nos primeiros 30 anos do século, apenas oito países respondiam por mais de 90% das exportações brasileiras. Foi só durante a Segunda Guerra (1939-1945) que começou a diversificação das exportações, inclusive para os países da América

Latina. O crescimento foi tão grande que já em 1943/44 o governo pode equacionar o problema da dívida externa, que levava o país a decretar a moratória em 1937.

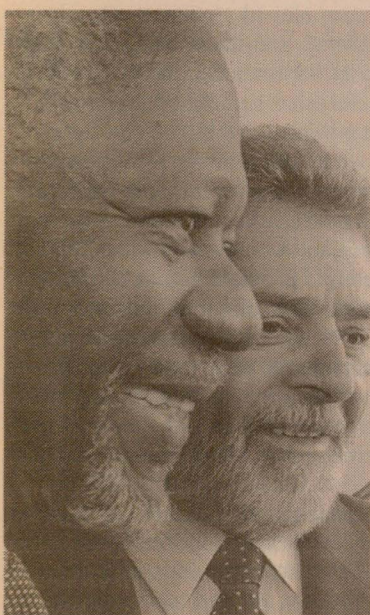
"O país cresceu, industrializou-se e ao mesmo tempo há uma massa tão grande de subempregados", disse Celso Furtado. Ocorreu intenso crescimento econômico no século passado, impulsionado pela industrialização. Foi um dos maiores do mundo. Hoje, mais de 70% da mão-de-obra está em cidades, 55% de trabalhadores não têm direitos sociais, e estão na informalidade, e existem mais mulheres no mercado de trabalho. O Instituto detecta uma mudança crucial no comportamento das empresas brasileiras. Até a década de 80, os postos de trabalho destruídos pelas crises eram recriados nos períodos de crescimento econômico. A partir dos anos 90, grande parte dos postos de trabalho eliminados só ressurgiriam na informalidade, isto é, ocupados por trabalhadores sem carteira assinada. Essa é a marca nacional: a desigualdade, de renda, racial, de gênero e regional.

**No século 20, a população passou de 17,4 milhões para 170, e o PIB cresceu 110 vezes. A riqueza aumentou 21 vezes mais que a população e concentrou-se: em 1960, os 10% mais ricos ganhavam 34 vezes mais do que os 10% mais pobres; em 2001, 47 vezes**

## LULA NA ONU

## Paz, seu nome é justiça social

*Em discurso duro, Lula condena a política externa dos EUA e pede reformas na ONU*



Kofi Annan, da ONU, com Lula

**O** presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez, dia 23 de setembro, o discurso inaugural da 58ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). A visita de Lula a Nova York aconteceu logo depois da recusa brasileira em enviar tropas ao Iraque e do fracasso da reunião da OMC, marcada pela denúncia do grupo de países liderado pelo Brasil contra os subsídios agrícolas e industriais dos países ricos.

No dia anterior, ao discursar no seminário Combatendo o Terror pela Humanidade, na sede da ONU, Lula já havia criticado Bush. "O ódio que anima os terroristas não se dissipará pelo emprego de métodos repressivos", disse Lula, que referiu-se ao 11 de Setembro como "marco trágico de

um ciclo de violência que infelizmente não parece prestes a terminar". E sugeriu mudanças na ONU. "Se sua atuação e estrutura não satisfazem às exigências do mundo contemporâneo, apressemo-nos em reformá-la e modernizá-la". O seminário foi aberto pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan. "Não podemos prescindir da ONU em nossos esforços. Enfraquecê-la significa fortalecer os inimigos da paz", disse Lula, acrescentando que a instituição internacional pode ser modernizada para não se restringir aos aspectos humanitários. O presidente aproveitou para criticar as barreiras ao comércio internacional, que podem ser impostas sob o argumento de medidas de segurança, como contra o bioterrorismo, exemplifi-

cou. Ele também criticou a associação automática entre terrorismo e pobreza que "pode levar à injusta discriminação contra países em desenvolvimento, como 'celeiros' de terroristas". Criticou a confecção de listas de organizações terroristas e defendeu a elaboração de uma convenção sobre o terrorismo.

Na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 23, Lula foi enfático: "as tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central. Pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente. Mas não se pode construir uma paz duradoura sem o concurso de todos". Repetiu a defesa da reforma da ONU, "um imperativo, diante

do risco de retrocesso no ordenamento político internacional", e advogou, "em especial", que a composição dos membros permanentes do Conselho de Segurança "não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos", apresentando o pleito do Brasil de integrar-se a ela.

Quanto à questão da fome, Lula apresentou uma proposta formal: "Submeto à consideração dessa Assembléia a hipótese de criar, no âmbito da própria ONU, um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por chefes de estado ou de governo, de todos os continentes, com o fim de unificar propostas e tomadas operativas". E pontificou: "É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: justiça social".



DEBATE NACIONAL

# Por que a reforma tributária é boa para o Brasil

*O sistema tributário será mais justo e a sonegação será combatida*

ALDO REBELO\*

O sistema tributário brasileiro é complexo e ineficiente. Compromete a produtividade e o dinamismo da economia. Os defeitos da tributação sobrecarregam as empresas e os trabalhadores, dificultam o investimento na produção e a geração de empregos. Os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos que os mais ricos.

A política tributária praticada no Brasil estimula a sonegação e a evasão fiscais. As tentativas de aumento da arrecadação se têm baseado na elevação sistemática de alíquotas e na criação de mais tributos. A carga tributária subiu de 28,6% do produto interno bruto (PIB), em 1994, para 36,4%, em 2002.

Foi por esses motivos que o governo Lula elegeu a reforma tributária como uma prioridade deste primeiro ano de governo. É preciso destravar a economia e abrir caminho para a retomada do investimento, do crescimento e da geração de empregos. Tarefa dura, como demonstrou o complexo processo de negociação que conduzimos na Câmara dos Deputados para obter a aprovação da proposta em primeiro turno.

O principal entrave que impede a redução imediata da carga tributária são as despesas governamentais. A sociedade demanda do governo gastos sociais e investimentos crescentes e o rigoroso cumprimento dos contratos. Diante desse quadro, nosso desafio era desenhar uma reforma neutra, que tornasse suportável o atual nível de tributação, procurasse reduzir ao mínimo seus efeitos nocivos sobre o setor produtivo, conseguisse distribuir a carga de acordo com a capacidade dos contribuintes e avançasse no combate à sonegação e aos desequilíbrios regionais.

O resultado alcançado vai no sentido correto. A reforma aprovada não provoca o aumento de impostos: não cria novos tributos, nem mesmo aumenta as alíquotas dos atuais, e ainda limita a maior alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 25%, abaixo do nível atualmente praticado para muitos produtos. Desta-

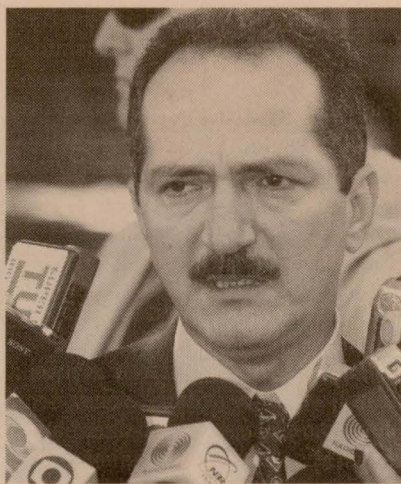
que-se, ainda, que o governo Lula faz um grande esforço para ajustar as contas públicas. Prova disso é que antes da reforma tributária procurou aprovar no Congresso uma reforma da Previdência que corta gastos.

A reforma torna o sistema tributário mais justo. Um dos seus aspectos centrais é o combate à sonegação. Se todos pagarem, todos pagarão menos.

Além disso, torna progressivos impostos que incidem sobre o grande patrimônio. A maior alíquota da contribuição social sobre o lucro incidirá sobre os bancos. A renda mínima passa a ser um direito constitucional, garantindo a todo brasileiro condições básicas de dignidade e cidadania. A reforma prevê, ainda, a possibilidade de total isenção do ICMS para gêneros alimentícios de primeira necessidade e medicamentos.

A reforma vai ajudar no aumento da produção, do emprego, do investimento e das exportações. A compra de máquinas e equipamentos terá reduzida a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), estimulando o investimento e a geração de empregos. O ICMS pago na aquisição de máquinas e equipamentos será devolvido aos empresários, também estimulando o investimento e a geração de empregos. A Constituição passa a garantir a isenção do pagamento do ICMS para exportação de bens e serviços, o que vai reduzir o preço dos nossos produtos no mercado externo. As pequenas e microempresas vão pagar menos impostos e terão sua vida fiscal simplificada.

Os pequenos empresários poderão dedicar-se mais à produção e aos seus negócios, podendo crescer e gerar empregos. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) não será mais cumulativa. Vai reduzir os custos de



Aldo Rebelo, deputado federal PCdoB/SP

produção, aumentar a competitividade da produção nacional, estimulando as exportações e a geração de empregos. Parte das contribuições sociais deixará de incidir sobre a folha de salários e passará a incidir total ou parcialmente sobre a receita ou faturamento. Essa medida estimulará as empresas que empregam mais mão-de-obra a formalizar as relações de emprego, garantindo os direitos trabalhistas, pois isso não representará um custo adicional sobre a produção.

A reforma ajuda os Estados e municípios, principalmente os mais pobres. Transforma o atual sistema de partilha do ICMS. Após um período de transição, a maior parte do imposto pago irá para o Estado de destino. O ICMS terá apenas cinco alíquotas e uma regulação nacional única. Acaba a guerra fiscal entre os Estados, que drena os recursos públicos para os cofres de algumas empresas. Para promover uma transição tranqüila para o novo modelo a reforma estabelece que os incentivos e benefícios fiscais concedidos pelos Estados até 30 de setembro de 2003 continuarão valendo por 11 anos e prorroga os benefícios da Zona Franca de Manaus até 2023.

Trata-se, enfim, de uma reforma corajosa e responsável. Sem desorganizar o sistema tributário brasileiro, promove mudanças que em breve se traduzirão por taxas mais elevadas de investimento, produção e oportunidades para os brasileiros.

\*deputado federal PCdoB/SP, líder do governo na Câmara

A PEC nº 41, da Reforma Tributária, enviada pelo Governo Lula em maio, avançava muito pouco nas mudanças. A única mudança relevante se daria na federalização do ICMS, retirando dos estados quase toda sua capacidade tributária. Mas mesmo essa alteração não geraria impacto aos consumidores; com certeza, não antes de 2006. Para o erário haveriam duas mudanças: a perenidade da CPMF e a prorrogação até 2007 da desvinculação de 20% de suas receitas tributárias (DRU).

O principal ganho era o de acabar com a instabilidade de receitas vivida nos dois governos FHC, determinada pelo acochambamento e improvisação tributária, pela provisoriedade eterna e barganha fisiológica que marcaram aquele governo. Levar a cabo essa reforma, mesmo limitada, significa para o Governo Lula um êxito político considerável. Uma das condições desse êxito estava principalmente no pacto acertado entre Lula e os governadores, de manutenção da mesma carga tributária total e da atual repartição das receitas entre os governos federal, estadual e municipal.

É provável que o maior ganho político será – com a garantia da CPMF e da DRU até 2007 – o de ele não ser mais refém da bancada conservadora para viabilizar os orçamentos durante seu governo.

O ICMS migrará da origem para o destino em 12 anos, após quatro de carência. Além disso, foi alterada a natureza do novo fundo de desenvolvimento regional, sendo substituído pelo repasse dos recursos aos estados.

Para os governadores, a federalização da legislação do ICMS

significará uma perda significativa de capacidade tributária (embora, na prática, isso se dê no próximo mandato). Os ganhos serão poucos. Eles receberão o Imposto Territorial Rural, mas a legislação sobre ele continuará federal. A permissão de progressividade sobre o imposto de herança foi derubada. A possibilidade de ganho de receita para os estados decorrerá da unificação das alíquotas do ICMS pelo novo Conselho de Política Fazendária - Confaz, especialmente em relação aos produtos industriais. Mas para os contribuintes, especialmente a indústria paulista, significará um aumento líquido da carga tributária.

Para os governadores, há três grandes temas de interesse: a repartição de receitas de tributos federais (Cide e CPMF); uma maior compensação para as perdas de ICMS decorrentes da imunidade sobre a cadeia produtiva das exportações e sobre bens de capital; e ter a mesma desvinculação de receitas que a União conseguiu desde 1994, a DRE (Desvinculação de Receitas do Estado).

O substitutivo tinha concedido a DRE parcialmente, pois a desvin-

culação só atingirá os recursos relativos às despesas que constem da legislação estadual (constituições e leis estaduais), e não aquelas da Constituição Federal, como os 25% da receita tributária líquida para a educação e os 12% para a saúde. Há outras reivindicações que dividem os estados, opondo geralmente os da Região Sudeste e Sul aos demais, sendo as principais: o ritmo de adoção da cobrança do ICMS no destino e a manutenção dos atuais incentivos de ICMS. A preocupação com a manutenção dos atuais incentivos é particularmente forte no setor cultural, bem como na Zona Franca de Manaus e na Bahia (o caso Ford).

Na Câmara, foram feitos dois acordos. O primeiro, com o conjunto dos governadores e a própria base governista e o segundo, em especial, com o PSDB e os governadores de São Paulo e Minas.

Dentre as mudanças resultantes dos dois acordos estão a manutenção da provisoriedade da CPMF até 2007 e a volta da vinculação de suas receitas às despesas com saúde. Em relação aos estados, destacam-se a participação dos estados e municípios em 25% da Ci-

## Dividindo receitas

*O maior ganho político será o de o governo não deixar de ser refém da bancada conservadora no Congresso*

LECIO MORAIS\*

de; mudança no cronograma de inversão da cobrança do ICMS da origem para o destino (passando para quatro anos de carência e sete anos de transição); a alíquota final de referência do ICMS de 4% deixou de ser um percentual máximo; fixa a alíquota máxima de ICMS em 25% (podendo os Estados extraordinariamente cobrar um adicional de 5 pontos percentuais acima desse teto, integralmente, por até três anos); os incentivos fiscais e financeiros do ICMS, existentes até 30 de setembro de 2003, poderão ser mantidos por até 11 anos, inclusive os autorizados por decreto (art. 90 ADCT); a inclusão de medicamentos de uso humano na alíquota mais baixa do ICMS por meio da lei complementar que regulamentará o novo ICMS.

Para os municípios as principais alterações foram: o ITR continua sendo federal, podendo o município que o desejar cobrá-lo mediante convênio com a União, ficando, nesse caso, com a totalidade da arrecadação; a substituição de taxa de limpeza tendo por base o valor venal dos imóveis.

Mesmo após esses acordos vários governadores ainda se encon-

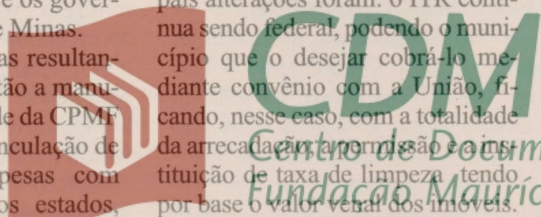
tram insatisfeitos. O PFL pressiona pela manutenção dos atuais incentivos do ICMS até que se conclua a passagem da cobrança desse imposto da origem para o destino.

Os contribuintes empresariais do CIMS tem como preocupação maior a possibilidade de o novo Confaz vir a elevar as alíquotas quando do enquadramento dos produtos às novas quatro alíquotas nacionais. Nada garante que se neutralize essa possibilidade de elevação das alíquotas do ICMS como resultado do reenquadramento dos produtos.

As concessões não são ruins. As novas transferências de receitas irão ajudar os governos subnacionais a manterem serviços públicos, financiando a atividade econômica estadual e local. Podem se transformar em fator positivo para a retomada do ritmo de crescimento da economia. No entanto, essas concessões terão um preço elevado para o Governo Federal. Estima-se que só na proposta orçamentária de 2004 essas concessões significarão um rombo de 6 bilhões a 8 bilhões de reais.

Um dos maiores problemas do governo com a tramitação da reforma no Senado será o tempo de sua duração. A continuidade da CPMF, de novo provisória, mas restabelecendo sua alíquota máxima em 0,38%, faz com que sua aprovação tenha que se dar o mais rápido possível, já que a nova alíquota possivelmente terá que obedecer a noventena para voltar a ser cobrada.

Coordenador Especial de Planejamento e Orçamento Público pela Fundação Getúlio Vargas e assessor técnico da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados





## TRABALHADORES

# As reformas no mundo do trabalho

*Oswaldo Bargas, do Ministério do Trabalho, diz que o governo quer sindicatos mais representativos*

CARLOS POMPE

“O sistema sindical brasileiro está falido e o nosso desafio é torná-lo mais representativo”. A afirmação foi feita pelo secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e coordenador geral do Fórum Nacional do Trabalho, Oswaldo Martins Bargas, em reunião com dirigentes do Partido Comunista do Brasil – PCdoB –, dia 22, na sede do Partido, em São Paulo. O encontro foi realizado para discutir as reformas sindicais e trabalhista que serão enviadas ao Congresso Nacional.

Bargas foi recebido pelo presidente do PCdoB, Renato Rabelo, pelo secretário sindical e coordenador da Corrente Sindical Classista, João Batista Lemos, o dirigente da Central Única dos Trabalhadores, Gilson Menezes, e por outros dirigentes e assessores do PCdoB. Lembrou que, antes da Constituição de 1988, a legislação sindical brasileira tinha uma certa lógica: “o Estado dava ao movimento sindical o monopólio da representação e sustentação financeira garantida, mas a partir daí ela foi alterada e possibilitou a divisão dos sindicatos”.

Ele, ex-metalúrgico e um dos fundadores da CUT, defendeu a constituição “de organizações sindicais representativas, levando em conta os 70 anos da cultura sindical brasileira e a diversidade do país”. Afirmou que o Fórum Nacional do Trabalho “deve ser um órgão de negociação, e não apenas de debate de idéias. A idéia do governo é tratar, nesse fórum tripartite – com representantes dos trabalhadores, empresários e governo –, critérios de representatividade das organizações sindicais, impedindo a pulverização das entidades sindicais e inclusive vetando a existência de sindicatos por empresa”. Disse, ainda, que a intenção do governo é trabalhar “pela existência de uma organização sindical representativa, que valorize a negociação, e só depois tratar da refor-

ma trabalhista, garantindo a manutenção dos direitos conquistados pelos trabalhadores”.

## Discussão estratégica

Batista saudou a visita do representante do Ministério do Trabalho ao PCdoB e salientou que a discussão em pauta “tem caráter estratégico para os trabalhadores. Há duas décadas os trabalhadores têm mantido uma linha de resistência em sua atuação sindical, devido à difícil correlação de forças. Com o governo Lula, é possível que avanços ocorram, apesar das dificuldades econômicas que o país vem enfrentando”.

O dirigente da CSC reafirmou a defesa da unicidade sindical e levantou propostas de organização dos trabalhadores que garantam a democratização das entidades, como o estabelecimento de um código eleitoral, a formação de um Conselho de Reconhecimento Sindical – garantindo a autonomia das entidades –, a instituição de comitês sindicais de base, a organização por ramo de atividade, a base municipal etc.

Renato Rabelo destacou a preocupação de Bargas “em fugir de falsas polarizações. O objetivo é garantir maior representatividade para o setor sindical, considerando as particularidades do movimento operário e trabalhista brasileiro. A busca de representatividade está no posto de comando. Não adianta copiar modelos externos, mas temos que levar em conta a realidade sindical brasileira e o nosso processo so-

**Renato Rabelo: não adianta copiar modelos externos. É preciso levar em conta a realidade brasileira e nosso processo social. O que está deformado deve ser mudado**

cial. O que está deformado no sistema atual deve ser modificado. As centrais sindicais existem, com representação política, embora sem representação jurídica. Mas são produtos da vida, e devem ser reconhecidas. Como cada central sindical vai constituir sua estrutura? Como inibir a pulverização nas bases? São questões em debate. O nosso conceito é que os trabalhadores estejam cada vez mais unidos, pois são grandes os desafios a enfrentar e a unidade garante melhores condições para a vitória. O exemplo recente de reformas, em que os trabalhadores do setor público ficaram afastados dos trabalhadores do setor privado, mostra a magnitude dos desafios a enfrentar. Não nos interessa os trabalhadores divididos, pois há uma tendência mundial a desvalorizar o trabalho. Vivemos uma realidade de estagnação econômica de duas décadas, que tem efeitos prejudiciais cumulativos – uma situação que não é favorável aos trabalhadores. Em nosso país, a Presidência da República, a Presidência da Câmara Federal e o Ministério do Trabalho são ocupados por operários metalúrgicos, com tradição de vida sindical e luta pelos direitos dos trabalhadores. Na estrutura do Ministério do Trabalho são vários os sindicalistas, como o próprio Bargas, o que é uma exceção no mundo atual. Isso nos possibilita um tratamento franco e avançado da política sindical, visando o fortalecimento da organização e da unidade dos trabalhadores”.

O representante governamental reafirmou que “precisamos, de fato, da unidade dos trabalhadores, construindo um sistema representativo democrático. A atuação da CUT e da CSC e demais setores avançados é mais do que necessária para garantirmos esses objetivos”.

Também participaram da reunião os dirigentes do PCdoB Pedro de Oliveira, Adalberto Monteiro, Walter Sorrentino, Vital Nolasco e Sérgio Barroso; e os assessores Lejeune Mato Grosso, Marcelo Cardia, Umberto Martins e Carlos Pompe.



Bargas, Renato Rabelo e Gilson Menezes

## Redução da jornada e geração de emprego

*A redução da jornada para 44 horas instituída pela Constituição de 1988, segundo o Dieese, resultou na criação de pelo menos 200 mil novos empregos*

DANIEL ALMEIDA\*

Chegou finalmente o momento da implantação de uma conquista fundamental para a classe trabalhadora: a redução imediata da jornada de trabalho sem diminuição de salários.

A primeira vitória foi a aprovação por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados do parecer do relator, deputado Paulo Magalhães (PFL/BA), pela admissibilidade da PEC 393/01, do líder do PCdoB, Inácio Arruda, e do então deputado Paulo Paim (PT/RS), que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e eleva o cálculo para pagamento de horas extras de 50% para 100% quando o serviço for prestado em domingos ou feriados.

As últimas declarações do presidente Lula de apoio à redução da jornada, assim como o voto favorável dos partidos, representa importante reforço à tramitação e aprovação da PEC, o que seria uma conquista histórica para a classe trabalhadora. Este será um dos grandes debates da reforma trabalhista.

As resistências à implantação da redução da jornada, entretanto, serão imensas. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto, acredita que o Brasil enfrentará uma verdadeira guerra por ocasião da votação da reforma trabalhista, uma vez que ela mexe com os interesses gerais da população. Na sua avaliação, o brasileiro enfrentou uma batalha por ocasião da aprovação da reforma da Previdência Social, depois viveu uma nova batalha, que foi a votação da reforma tributária, ambas reformulações que mexem com interesses parciais da população. E agora está chegando o momento da guerra, uma vez que estarão em jogo interesses globais da sociedade. O presidente do TST prevê momentos polêmicos para a reforma já nesta primeira etapa, em que se discute o teor do projeto da reforma trabalhista que será levado à Câmara.

Para o ministro, há boa intenção por parte dos empregadores e também do lado dos empregados, mas o governo tem pela frente a árdua tarefa de buscar a conver-

gência entre essas duas pontas. No momento, a busca desse consenso está sendo trabalhada no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conduzido pelo ministro Tarso Genro; na Comissão Especial para a Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados e no Fórum Nacional do Trabalho, presidido pelo ministro do Trabalho, Jaques Wagner.

A fim de quebrar as resistências, a CUT está promovendo uma campanha nacional em prol da aprovação da redução da jornada de trabalho. Dentre os principais argumentos de defesa situa-se o aquecimento da economia interna através da geração de empregos. No Brasil, a redução para 44 horas instituída pela Constituição de 1988, segundo dados do Dieese, resultou na criação de pelo menos 200 mil novos empregos. O impacto só não foi maior em função da elevação desordenada das horas extras. Projeções do próprio



Daniel, deputado federal do PCdoB baiano

Dieese indicam que uma redução de quatro horas no tempo de trabalho pode criar 1,9 milhão de empregos.

Tradicionalmente prevaleceu nesta matéria um pensamento conservador que enxerga o problema exclusivamente sob a ótica de uma eventual diminuição de lucratividade das empresas, em função de perda de competitividade.

Entretanto, penso que o raciocínio deve ser invertido. O fato é que precisamos de empregos. Não se pode pensar numa redução em nossa baseada exclusivamente no mercado externo, nas exportações. Justamente quando o País desen-

volve um grande esforço exportador, cresce o protecionismo nas nações que se apresentam como maiores importadoras do Brasil. O aumento da produtividade deve ser um objetivo permanente. Simultaneamente, urge fortalecer o mercado interno. Mais emprego e mais renda significam mais consumidores.

A política de flexibilização de direitos trabalhistas, posta em prática nos últimos anos, longe de elevar os níveis de emprego, contribuiu para sucessivas perdas do poder aquisitivo dos salários. Os indicadores do IBGE apontam para uma grande diminuição da renda dos trabalhadores.

Louvo assim a iniciativa do presidente Lula, certo de que a reforma Trabalhista que o Brasil precisa passa pela preservação dos direitos dos trabalhadores, pelo fortalecimento dos sindicatos, pela democratização dos ambientes de trabalho e pela redução da jornada sem diminuição de salários.

\*vice-líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, publicado em *A Tarde*, BA, 216/9/03



PCdoB

# Comunismo em ritmo de frevo

*Só este ano, houve duas mil novas filiações em Pernambuco. São estudantes, líderes comunitários, profissionais liberais, parlamentares, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, espalhados por todo o Estado*

TUCA SIQUEIRA, DE RECIFE

O PCdoB em Pernambuco vive uma boa fase. Só este ano, já conquistou mais de 2.000 filiações, e elas não param de crescer. São estudantes, profissionais liberais, líderes comunitários e parlamentares espalhados por todo o Estado. Dentre eles, um prefeito, o padre Djalma Correia, de Quipapá, Zona da Mata Sul; três vice-prefeitos (José Belém, de Belmonte, Sertão do Pajeú, padre Antônio Souza, de Brejo da Madre de Deus, no Agreste, e Deo Feneilon, de Goiana, Zona da Mata Norte) e quatorze vereadores, incluindo um no Recife, Moacir André Gomes, ex-PDT.

A nova e boa fase é reconhecida pelos membros do Partido, pelos círculos políticos e pela imprensa local. Bom momento registrado em ato públicos que demonstram o prestígio dos comunistas. Só no aniversário do vice-prefeito do Recife Luciano Siqueira passaram mais de 1.300 pessoas entre religiosos, artistas, intelectuais, comunidade acadêmica, lideranças empresariais, sindicalistas, representantes de associações diversas, políticos de diferentes tendências, além da militância.

Para comemorar as novas e representativas filiações, o Partido realizou, em Recife, um ato público no dia 8, com centenas de militantes e com a presença do presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo e do ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz. Foi o ponta-pé inicial para as comemorações municipais. A cada semana pelo menos uma cidade do interior realiza o seu próprio ato comemorativo de novas filiações e anuncia o ingresso de novos vereadores, lideranças locais e ativistas populares.

O ingresso de tantos novos militantes, parlamentares, líderes ou ativistas populares, enriquece o PCdoB com experiências políticas diferenciadas amplia e influência eleitoral. Por outro lado, a situação exige a preservação e o aprofundamento da unidade política em torno das idéias, tendo a resolução da 9ª Conferência Nacional como referência. Será necessário mais que nunca difundir os princípios e os valores partidários, utilizando para isso o *Programa Socialista* e o *Estatuto*, além de ajudar os novos companheiros na integração às atividades e ao movimento popular.

A Conferência Estadual está prevista para novembro e por isso as cidades já se movimentam para realizar as suas

assembleias de base e Conferências municipais. Esse é um grande e oportuno momento para que os novos filiados se integrem às discussões partidárias votando e sendo votados.

Outro grande suporte utilizado para o sucesso dessa inclusão é o curso básico em vídeo do PCdoB que apresenta as idéias, a maneira de funcionamento e jeito de ser do Partido. Com essa preocupação, o Comitê Estadual preparou o "Manual do pré-candidato a vereador", pois uma parcela significativa dos novos filiados se prepara para disputar as eleições do próximo ano. O manual explica o que é e o que pretende o PCdoB e orienta a formação de organizações de base através da pré-campanha.

Para o presidente estadual do Partido, Alanir Cardoso, o crescimento do Partido tem a ver com o Programa partidário e com a orientação tática sempre atualizada e justa. "O Programa é uma proposta estratégica de transformação da sociedade que só serve para o Brasil e que expressa essa conquista maior que é a fusão da ciência marxista com a realidade própria do nosso povo e da realidade brasileira", declarou Alanir. "Certamente é por isso — completa — que os novos filiados, sobretudo o que vêm de outros partidos, se dizem atraídos pela defesa que o PCdoB faz da soberania nacional, pelo papel que cumpriu na vitória de Lula e que cumpre agora no governo e por não ter arriado a bandeira do socialismo".

Um outro aspecto relevante nesse processo de crescimento partidário é a abordagem do tema na 13ª Conferência Estadual. "O crescimento das fileiras mi-

litantes não pode ser fruto apenas de demandas espontâneas. Importa seguir linhas de construção que priorizem o proletariado urbano, a juventude estudantil, a intelectualidade e os assalariados urbanos e rurais em geral", assinala o documento-base, intitulado "PCdoB forte para construir o novo tempo".



Luciano Siqueira, no almoço de seu aniversário, com Ariano Suassuna

A direção estadual do Partido identifica um novo período histórico no campo progressista em Pernambuco, no qual são forças emergentes o PT e o PCdoB. O documento-base da Conferência Estadual observa que, na história política recente do estado, "é possível considerar três períodos distintos: um que vai de 1946 (redemocratização) a 1964 (golpe militar); outro de 1966 (resistência democrática iniciada através do MDB) a 1998 (derrota da Frente Popular para a coligação de centro-direita formada pelo PFL-PMDB); e o atual, que começa a se desenhar a partir do pleito de 2000". Estes períodos refletem em certa medida, modificações ocorridas na base econômica estadual, com reflexo sobre o perfil das classes e das contradições sociais e a evolução da luta popular e democrática. Em cada período sempre se travou uma luta pela hegemonia no campo das forças progressistas em Pernambuco. No primeiro período, houve uma certa hegemonia das forças de esquerda (Partido Comunista, Partido Socialista Brasileiro e aliados, dentre os quais o Partido Trabalhista Brasileiro); no segundo período, o comando coube a setores de centro; no período atual, destacam-se o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), diz aquele documento-base. Assim, o crescimento comunista em Pernambuco tem íntima relação com a luta política e a disputa pela hegemonia. Relação que terá um ponto de convergência nas eleições municipais de 2004.

**Os novos filiados, diz Alanir Cardoso, são atraídos pela defesa que o PCdoB faz da soberania nacional, por seu papel na vitória de Lula e no governo, e por não ter abandonado a bandeira do socialismo**

QUESTÃO RACIAL

## Nova política para quilombos

Em outubro, o governo federal vai iniciar um amplo processo de identificação e titulação das terras remanescentes de quilombos. O anúncio foi feito pela ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no dia 2 de setembro em audiência pública à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados. Na audiência,

que teve a participação do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), a ministra disse que as necessidades dos povos que moram em terras que foram quilombos vão além das questões culturais. "Neste momento", disse, "estamos vivendo uma fase de ações propositivas. Existe um novo vetor para se pensar política pública no país, considerando ao elemento racial como importantes na agenda política nacional".

MEIA PASSAGEM

## A luta por uma tarifa mais justa

*O movimento dos estudantes baianos repercute; agora, a luta cresce em Juiz de Fora e na Paraíba*

O movimento dos estudantes baianos, que parou Salvador durante uma semana, terminou vitorioso. Além de estender a validade da meia passagem para todos os dias da semana (antes, só valia nos dias de aula), de obter o congelamento do preço da tarifa por um ano, conseguiram que a Câmara dos vereadores criasse uma Comissão Especial para debater o preço da passagem e a reivindicação de voltar ao preço de R\$ 1,30, que estava em vigor até o dia 1º de setembro, quando foi aumentado para R\$ 1,50. Outra consequência do movimento foi o ressurgimento do Conselho Municipal de Transportes.

O movimento criou uma crise na corrente do oligarca Antônio

Carlos Magalhães, pois o prefeito Antônio Imbassahy, ligado a ACM, recusou-se usar a repressão policial para tirar os estudantes das ruas, defendida pelo "imperador" da Bahia.

Em Juiz de Fora, MG, a vereadora Nair Guedes, do PCdoB, apresentou à Câmara Municipal, dia 28 de agosto, projeto de lei instituindo a meia passagem no transporte público da cidade para todos os estudantes. No dia 18 de setembro, uma audiência convocada pela vereadora para debater a questão uniu no plenário da Câmara centenas de secundaristas e universitários, representantes do prefeito municipal e das empresas de transporte urbano. Após a audiência os estudantes, liderados

pela UJS (União da Juventude Socialista) e pela UJES (União Juizforana dos Estudantes Secundaristas) realizaram manifestação em frente à Câmara e fizeram passeata, com apoio da população.

Também ocorreram protestos na Paraíba onde, no dia 19, em reação ao aumento da tarifa de R\$ 1,05 para 1,20, os estudantes paralisaram várias ruas em João Pessoa; eles repetiram o protesto no dia 25.

Repercutindo os protestos, o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB/BA) requereu à mesa da Comissão Especial para acompanhar o processo de desoneração das tarifas de ônibus no país.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## ENTREVISTA

# Marco nas relações do Brasil com Cuba

*Inácio Arruda, líder do PCdoB na Câmara fala da viagem da comitiva chefiada pelo presidente Lula à ilha de Fidel Castro*

O presidente Lula levou a Cuba, em sua comitiva oficial, três dirigentes do PCdoB – o deputado Inácio Arruda, líder da bancada do Partido na Câmara Federal, o ministro Agnelo Queiroz e Orlando Silva, do Comitê Central. Ele avalia os resultados da visita em entrevista a Rita Polli, de Brasília.

**A Classe Operária:** Qual foi o objetivo desta viagem a Cuba?

**Inácio Arruda:** A visita cumpriu dois grandes objetivos. O primeiro foi a necessidade política de reconduzir Cuba para os fóruns multilaterais e impedir que um país, latino como o nosso, fique isolado. Ao mesmo tempo, é uma retribuição ao esforço que Cuba sempre fez de ter uma proximidade muito grande com o Brasil. O segundo objetivo foi saber como o Brasil vai contribuir para que Cuba seja inserida nesse mundo multilateral, globalizado. Estabelecer relações do ponto de vista comercial e cultural.

**A Classe Operária:** Foram feitos acordos entre os dois governos...

**Inácio Arruda:** O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, discutiu convênios para elevar a presença brasileira no esporte mundial a partir de acordos com Cuba. Outro tema foi a área de saúde; talvez tenha sido o maior conjunto de convênios acordados na viagem. Precisamos ter condições reais de produzir a partir da pesquisa e da técnica cubanas, fabricar no Brasil produtos da área médica e de assistência farmacêutica. Cuba precisa ampliar a sua presença na produção de energia e, nesse particular, o Brasil entrará com conhecimento e tecnologia próprios. Uma comitiva de empresários brasileiros trocou informações sobre produção de energia do álcool carburante a partir da biomassa. O uso desse combustível, misturado à gasolina, diminui a poluição a um custo baixo. Cuba também quer que o Brasil participe do seu esforço para encontrar e produzir petróleo. A Petrobras, que já atuou em Cuba, deverá fazer pesquisas nessa área.

**A Classe Operária:** A viagem colocou em contato velhos companheiros de luta. Como você avalia o fato de, além da relação pessoal e de afeto, haver também, agora, relações de



Fidel Castro com a comitiva brasileira, entre eles Inácio Arruda e Agnelo Queiroz

caráter oficial? Em que medida aquelas relações de amizade ajudam no relacionamento entre autoridades dos dois governos, e dos dois partidos, o PC Cubano e do Brasil?

**Inácio Arruda:** O fato de o PC Cubano dirigir o país faz com que a discussão com o Estado cubano fique muito próxima do partido e vice-versa. Fomos recebidos por vários deputados e pelo presidente da Assembléia do Poder Popular de Cuba, Ricardo Alarcon, e tivemos oportunidade de fazer muitos contatos, principalmente na área de relações exteriores. O deputado Deley (PV/RJ), o senador Amir Lando (PMDB/RO) e eu fizemos uma reunião com a direção da Assembléia Popular de Cuba. Foi muito positivo o fato de estarmos presentes em número de três companheiros do Comitê Central (o ministro Agnelo, o Orlando Silva e eu). “Esses são os dirigentes do PCdoB”, dizia Lula em todos os lugares. As relações entre o PCdoB e o PC Cubano foram as mais férteis.

**A Classe Operária:** Em que medida a política externa do governo Lula demarca com a do governo de FHC?

**Inácio Arruda:** O governo brasileiro tem agido com muito zelo e ousadia. No México, o governo brasileiro estabeleceu relações que permitem uma aliança mais forte daquele país com o Mercosul, sem pas-

sar pelo Nafta. Nosso governo enxerga as relações externas num patamar de um relacionamento mais independente do Brasil. Não estamos fazendo a política que interessa aos mais ricos, e o Brasil se propõe a ser um parceiro em pé de igualdade. Nossos trunfos são o nosso povo, a nossa riqueza e a nossa disposição de desenvolver o país. Fizemos isso no discurso das Nações Unidas, fizemos isso na discussão com o governo mexicano e a ida a Cuba teve esse objetivo.

**A Classe Operária:** Que relações podem advir de uma atitude ousada da política externa brasileira?

**Inácio Arruda:** O que podemos fazer para que as reações se desmanchem no ar é fazer crescer a economia brasileira e provocar o desenvolvimento do nosso país, com a participação das nossas empresas na cena internacional, seja nos países

mais desenvolvidos do ponto de vista tecnológico, ou do ponto de vista cultural pela sua história, seja nos países com grande potencial demográfico e de mercado, como a China ou a Rússia. Um exemplo da ousadia da política externa brasileira foi a viagem de Lula ao Peru. Ela configurou uma aspiração brasileira, de mais de cem anos, de chegar ao Pacífico. O presidente diz: “vamos fazer a ponte e está resolvido o assunto”. Agora, precisamos compatibilizar o nosso discurso externo com uma forte sustentação interna, que é a necessidade de crescimento econômico, de desenvolvimento e distribuição da riqueza. É importante fazer com que o povo brasileiro sintam-se cada vez melhor no governo Lula e isso vai dar mais respaldo à política externa.

**A Classe Operária:** Os conservadores bateram duro na decisão de Lula de visitar Cuba. O que há por trás dessas críticas?

**Inácio Arruda:** Precisávamos quebrar essa idéia de medo e receio de que seríamos criticados ou por Bush ou por uma elite conservadora e reacionária brasileira. Lula quebrou isso. O governo reafirmou sua postura e contou para isso com uma base muito ampla, de viés na esquerda. Fomos a Cuba não só pela solidariedade, mas também para dizer que além dos espanhóis, portugueses, italianos, franceses, norte-americanos e mexicanos, também o Brasil pode investir. O Brasil pode tirar proveito da grande experiência na área do esporte e da saúde. A viagem foi marcada por esse espírito.

**“Fomos a Cuba não só pela solidariedade, mas também para dizer que além dos espanhóis, portugueses, italianos, franceses, norte-americanos e mexicanos, também o Brasil pode investir”, diz Inácio Arruda**

## PETROBRÁS

## Meio século em defesa da economia brasileira

*Uma das maiores e bem sucedidas empresas de controle estatal do Brasil é o testemunho vivo de que o espetáculo do crescimento e a soberania nacional são possíveis*

LUIZ CARLOS ANTERO, DE BRASÍLIA, E RENY FERES

A Petrobrás, maior empresa brasileira, foi resultado de uma política nacional de desenvolvimento econômico que os atuais neoliberais condenam. Afinal, contra os dogmas destes propagandistas do grande capital e dos interesses do imperialismo, aquela política fortaleceu o país e criou condições para a intervenção governamental na promoção de seu desenvolvimento. Neste primeiro de outubro, a Petrobrás completou 50 anos de uma trajetória de ousadia, inovação e tecnologia. Ela foi criada em 3 de outubro de 1953, quando Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 2.004, que instituiu a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) como monopólio estatal de

pesquisa e lavra, refino e transporte do petróleo e seus derivados. No dia 1º, a Câmara dos Deputados realizou uma sessão solene para comemorar este meio século de defesa da economia nacional, na qual o deputado Inácio Arruda, PCdoB/CE, líder da bancada comunista na Câmara fez um pronunciamento onde destacou essa história de êxitos.

O ponto de partida dessa saga foi a descoberta dos primeiros vestígios de petróleo em solo brasileiro na segunda metade do século XIX. Enquanto nos EUA perfurava-se o primeiro poço de petróleo em 1859, no Brasil, as primeiras tentativas remontam a 1864. Em 1897, um fazendeiro

perfurou, na região de Bofete (SP), o primeiro poço petrolífero do país, com a magra coleta de dois barris. Hoje, a Petrobrás tem quase 50 mil trabalhadores, 93 plataformas de produção, mais de dez refinarias, quase 16 mil quilômetros em dutos e mais de sete mil postos de combustíveis. Opera também no cenário internacional, através da subsidiária Braspetro. Sua holding, o Sistema Petrobrás, inclui cinco

subsidiárias (Gaspetro, Petroquisa, Distribuidora, Braspetro e Transporte) e empresas independentes com diretorias próprias.

Em seu pronunciamento, Inácio Arruda disse que a “Petrobrás firmou-se no panorama tormentoso do mundo globalizado de hoje, enquanto sinônimo de ousadia, inovação tecnológica e talento do povo brasileiro. Nessas circunstâncias históricas, a luta pela sua de-

fesa, num cenário internacional de flexibilização do monopólio estatal do petróleo, representou e representa o fortalecimento do patrimônio econômico e social da nação”. Comemorar seus 50 anos, disse ele, “significa reverenciar uma história construída e reconstruída por muitos, o que inclui o governo brasileiro da época de sua fundação; seus operários aposentados; os que estão em plena atividade e sofrem com a precarização das relações de trabalho, com as seqüelas dos acontecimentos que marcaram esse país em nossos oito anos desde a implementação de um projeto neoliberal que, em agonia, vai chegando aos seus estertores finais”.

**A luta em defesa da Petrobrás representa o fortalecimento do patrimônio nacional**

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



PÓS CANCUN

# Polarização Norte-Sul ressurge na cena mundial

*Foi uma novidade extraordinária, disse Lula. De fato, como não se via há muito tempo, os países pobres do G-20, liderados pelo Brasil, detiveram as imposições dos ricos*

RONALDO CARMONA\*

O fracasso da reunião ministerial da OMC em Cancun terá conseqüências importantes para o cenário internacional e consolida uma grande novidade política: o surgimento de um grupo de países, chamado de G-20-plus(1) que, pela primeira vez desde a inauguração do mundo unipolar e o fim da guerra fria, ousou impor mudanças na agenda da globalização, expressando uma derrota inédita aos pólos imperialistas dominantes.

Mesmo partindo de uma composição diversificada e heterogênea, o G-20 ativou a solidariedade entre as nações do sul do mundo, mantendo-se coeso em torno de um objetivo principal: reverter a radical agenda liberalizante dos ricos, colocando no centro do debate o desenvolvimento, partindo da necessidade de fim do protecionismo dos ricos, como premissa para o avanço da chamada Rodada de Desenvolvimento de Doha. Representativo, o G-20 no seu conjunto abarca 51% da população mundial e 63% do total de agricultores do planeta, mas é responsável apenas por 26% da exportação agrícola global, em função do protecionismo dos países ricos.

De fato, como qualificou o presidente Lula, trata-se de uma "novidade extraordinária". Sob inspiração e liderança do Brasil, o G-20 consagra a nova política externa brasileira: a cooperação e solidariedade para o desenvolvimento. Após um triste interregno de bajulação aos países ricos, num papel passivo diante da "globalização inevitável" – comparada por Fernando Henrique ao Renascimento (!), enquanto seu ministro tirava os sapatos em uma revista no aeroporto de Washington, em janeiro de 2002. Sob o comando de Celso Amorim, o Itamaraty revive as tradições patrióticas do Barão de Rio Branco, consolidador de nossas fronteiras; de Rui Barbosa, em sua famosa participação na Conferência de Paz em Haia, em 1907; ou do embaixador Oswaldo Aranha, fundador da ONU, teórico do multilateralismo.

A reunião de Cancun modifica o equilíbrio de forças na OMC. Sendo uma organização onde as decisões são tomadas por consenso entre os 148 países-membros, até agora, se impôs uma dinâmica onde as decisões dependiam, basicamente, de acordo entre Estados Unidos e a União Européia. Os países em desenvolvimento, divididos, apenas referendavam posições prejudiciais a eles próprios, como ocorreu na última Rodada Uruguai (1986-1994). O pós-Cancun, porém, consagra uma nova condição, onde nas atuais condições da OMC, a negociação passa a envolver pelo menos três atores, um dos quais o bloco dos países em desenvolvimento.

A articulação dos países em desenvolvimento soma-se a outras iniciativas em plano internacional que contribuem para a contestação, ainda que incipiente e defensiva, do mundo unipolar vigente. Soma-se a iniciativas outras que visam dar voz aos países em desenvolvimento e estabelecer pólos desvinculados dos interesses dos países hegemônicos na cena internacional. No plano comercial, o Grupo de Países Megadiversos, busca modificar as legislações sobre patentes e biodiversidade; o ACP, grupo de países da África, Caribe e Pacífico; o "Pacific Economic Cooperation Council", que congrega países asiáticos do Pacífico; o Grupo de Cairns, que reúne grandes países agroexportadores. No plano políti-



co, caminha nessa direção a constituição do G-3 reunindo Brasil, Índia, África do Sul, que busca agora se transformar num G-5, com a incorporação de China e Rússia, os esforços empreendidos para a criação de uma Comunidade Sul-americana de Nações, até dezembro deste ano, na união do Mercosul com os países andinos; a revitalização do Movimento dos Países não-alinhados no início deste ano; o fortalecimento do Grupo de Xangai, nucleado por Rússia e China; o relançamento da União Africana, dentre iniciativas que configuram contra-tendências ao domínio hegemônico exercido pelos Estados Unidos no mundo de hoje.

A reação dos países imperialistas contra a articulação do G-20 foi muito forte. Bush, por exemplo, chegou a telefonar a diversos líderes dos países em desenvolvimento para dissuadi-los da idéia, em vão; ao mesmo tempo, americanos e europeus despacharam emissários com a mesma incumbência. Durante a reunião de Cancun, os EUA pressionaram, por diversos meios, países da América Central e a Colômbia, com os quais negociam um tratado bilateral de livre comércio, oferecendo "acesso privilegiado" caso saíssem do grupo, enquanto a União Européia ameaçava com corte de "ajuda" suas ex-colônias. Iniciativas frustradas, e que não puderam evitar a adesão ao G-20 durante a reunião, da Nigéria, país mais populoso da África, e da Indonésia, maior país de religião muçulmana.

EUA e UE passaram então a acusar os grandes países em desenvolvimento de implodir Cancun. Robert Zoellick, representante comercial dos EUA, perdeu a compostura e, em artigo no Financial Times (22/9/2003), chamou os países líderes do G-20 (Brasil, Índia, China e África do Sul) de "grupo do não". Acusou o Brasil de "voltar-se para a Índia para enfatizar a divisão norte-sul", e ameaçou: "enquanto os membros da OMC avaliam o futuro, os EUA não vão esperar: vamos avançar para o livre comércio com quem o queira". O subsecretário de Estado Roger Noriega, por sua vez, acusou o Brasil de "dificultar a Alca e implodir a OMC. Os europeus não ficaram atrás: acusaram os quatro países de criarem "duas OMCs" e reclamaram de esta ser uma orga-

nização "medieval" – devido a seu mecanismo de decisões por consenso.

Com os impasses em Cancun, os países ricos, em particular os Estados Unidos, dão mostras de que optarão pelos Tratados de Livre Comércio (TLC) bilaterais. Atualmente, negociam 14 acordos regionais.

O multilateralismo nas relações comerciais, assim como na esfera política, entra em baixa e o bilateralismo em alta – bem ao gosto da "doutrina Bush", ameaçando o comércio mundial com a "lei da selva". A inexistência de normatizações e regras para o comércio internacional, ao contrário de favorecer os países em desenvolvimento, os fragiliza, pois permite aos mais fortes, imporem suas regras. Para o Sul, ao contrário, interessa a existência de um sistema equilibrado, equânime e multilateral de comércio, que compreenda regras comuns a todas as nações. Mas a questão central no debate são os termos do livre comércio propostos pelos ricos, e que é incompatível com a existência de Projetos Nacionais de Desenvolvimento. Afinal, no modelo concebido bilateralmente, os EUA impõem regras que causam profundas amarras à existência de projetos autônomos de desenvolvimento por parte das nações. É imprescindível para os países em desenvolvimento a manutenção de mecanismos de apoio interno a políticas industriais, científicas e tecnológica que possibilitem em médio prazo diminuir desigualdades abissais.

Uma das conseqüências do fracasso da Reunião de Cancun será fortes impasses na formação da Alca: como os EUA haviam jogado para a OMC temas de interesse do Brasil, e a resposta brasileira foi semelhante, as negociações da Alca entre os dois países estão, agora, travadas devido a decisões que deveriam ter sido tomadas em Cancun.

Os impasses atuais terão assim importantes conseqüências para a formação da Alca. Os EUA já haviam jogado temas de interesse do Brasil – a liberalização agrícola e a definição sobre as regras anti-dumping – para o âmbito da OMC. A reação brasileira foi semelhante, jogando também para a OMC decisões sobre investimentos, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual, temas de interesse americano. Um jogo que dificilmente será destravado até novembro, quando ocorre a Cúpula da Alca em Miami, e que comprometerá o prazo de 2005, uma data dogmática para os americanos.

Partindo de compromissos de "coordenar posições" nos fóruns internacionais, os países em desenvolvimento buscam valorizar as simetrias em lugar das diferenças, sendo parte essencial na luta pela consolidação de um pólo contra-hegemônico no mundo.

O imperialismo é o grande inimigo do desenvolvimento das nações do mundo. Assim, a união dos países do sul em torno de bandeiras mais amplas e comuns, como a do progresso, do desenvolvimento, com a busca da consolidação de pólos (ou blocos) de países num movimento contra-hegemônico é uma grande tarefa dos povos do mundo nos dias atuais, sendo aspecto destacado da luta antiimperialista contemporânea.

(1) Atualmente o G-20 é formado por 22 membros: Argentina, Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, Rússia, Espanha, Estados Unidos, Reino Unido, África do Sul, Brasil, México, Paquistão, Peru, Tailândia e Venezuela.

\*da Comissão de Relações Internacionais do CC do PCdoB

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00  
12 edições

JORNAL A CLASSE OPERÁRIA

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

PCdoB  
Proletários de todos os países, uni-vos!

## FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal  
 Dinheiro  
 Cartão de crédito  C  D  V  A  
Nº.: \_\_\_\_\_  
Validade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (MÊS/ANO)  
 Vale postal nº. \_\_\_\_\_  
 Depósito em conta corrente  
Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Tel. res.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ com.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_ Data de nasc.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Ed. final nº.: \_\_\_\_\_  
Edição inicial nº.: \_\_\_\_\_  
Data de assinatura: \_\_\_\_\_

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil – CEP 01403-010  
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correo eletrônico: assinatura@pcdob.org.br



## SEMINÁRIO INTERNACIONAL

## Os EUA e a nova ordem mundial

Seminário organizado pela Secretaria de Relações Internacionais e IMG desenvolve diálogos, debates e proporciona aprendizado de alto nível

MARCOS VERLAINE, DE BRASÍLIA



Seminário reuniu comunistas do brasileiros e estrangeiros

“Os novos aspectos da doutrina imperialista dos Estados Unidos e o exame da nova ordem internacional” exigem estudo e reflexão. Assim José Reinaldo Carvalho, vice-presidente e secretário de Relações Internacionais do PCdoB, sintetizou o encontro para debater “A nova realidade internacional sob o primado dos EUA”. O seminário ocorreu dias 25 e 26 de setembro, organizado pelo PCdoB e Instituto Maurício Grabois (IMG), no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, em Luziânia, no Entorno de Brasília, com a participação de cerca de 90 dirigentes do Partido e conferencistas estrangeiros.

O seminário foi aberto pelo presidente do PCdoB, Renato Rabelo, e teve a participação de Fausto Sorini, jornalista italiano e colaborador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos com sede em Paris; João Quartim de Moraes, filiado ao PCdoB e professor da Unicamp; Jorge Benstein, do PC argentino, diretor do jornal *Enfoques Alternativos*; Renildo Souza, economista, do Comitê Central do PCdoB; Umberto Martins, jornalista, assessor da CUT e da presidência do PCdoB; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista, escritor, ex-deputado do PC Português na Comissão Europeia; Haroldo Lima, vice-presidente do PCdoB; Jaime Ballesteros, diretor da Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina, presidente da revista *Correspondências Internacionais*, editada em Paris; Aldo Rebelo (PCdoB/SP), líder do governo na Câmara dos Deputados; Paulo Fagundes Vizentini, professor da UFRGS; e José Reinaldo Carvalho.

Renato Rabelo abordou a situação internacional em que a atmosfera do 11 de Setembro é pretexto para as agressões do governo Bush ao Afeganistão e Iraque e ameaças à Síria, Irã, Cuba e Coreia do Norte, o “eixo do mal”, segundo o governo norte-americano. Destacando as divergências da França e da Alemanha com a política belicista norte-americana, chamou a atenção para o quadro político mundial de instabilidades e incertezas, com o impasse do sistema capitalista e suas contradições históricas. Ele enfatizou o crescimento da oposição ao neoliberalismo em países como o Brasil, Vene-

zuela, Equador, Argentina – novas forças políticas se erguem nesses países para combater a lógica que vulnera suas economias e o Estado nacional. Disse que “perdura um curso anti-revolucionário e pesa sobre isso a derrota estratégica do socialismo”. Destacou a política externa do governo Lula, que

prega a multipolaridade com soberania dos povos e países, e realçou a criação do bloco negociador G-24 na Organização Mundial do Comércio, que impôs limites às pretensões dos EUA, União Europeia e Japão.

Fausto Sorini citou estudiosos que prevêem o declínio dos EUA nos próximos 20 anos e a iminência do fim de sua hegemonia mundial com a ascensão de novos centros de poder, capitalistas e não capitalistas, “uma autêntica revolução nos equilíbrios planetários. Já foram feitas muitas guerras mundiais por muito menos”. João Quartim de Moraes, por sua vez, abordou a luta de libertação dos povos sob a hegemonia comunista, fazendo um painel das revoluções do século XX.

José Reinaldo destacou “as grandes e maciças manifestações em escala planetária pela paz e contra a guerra imperialista e o amplo movimento que teve por foco a condenação do ataque estadunidense ao Iraque, que se inscrevem entre os grandes acontecimentos de nossa época”. Chamou a atenção para o perigo de um novo totalitarismo, nova espécie de fascismo que paira sobre o mundo neste momento de tensão beligerante engendrada pelo império norte-americano. Jorge Benstein tratou da ocupação militar no Iraque e Afeganistão, da explosão do déficit

fiscal e dívida pública norte-americanas. Observou o complexo militar-industrial, o declínio da economia e a crescente irracionalidade do sistema de poder nos Estados Unidos.

Umberto Martins também apontou o declínio do imperialismo norte-americano: “a decadência econômica da potência hegemônica”, disse, “tende a determinar também a sua decadência política e militar”, embora esse efeito não seja automático. Miguel Urbano Rodrigues afirmou que é preciso “globalizar a luta contra a barbárie imperialista”, lembrando que “a irracionalidade fascizante do imperialismo estadunidense pode levar ao holocausto, à extinção da humanidade”.

Em sua intervenção Haroldo Lima destacou que “a alteração estratégica mais significativa feita pelos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria foi a de estabelecer um sistema internacional baseado no predomínio unilateral de suas próprias decisões” e que “a revitalização da ONU é um dos

anseios dos povos e países que não aceitam a arrogância e a instabilidade do unilateralismo americano”. Política hegemônica que vem de longe, como mostrou Jaime Ballesteros: “A intervenção norte-americana na guerra de independência de Cuba (1889) marca o começo de suas intervenções imperialistas, de sua decisão imperialista”. Paulo Fagundes Vizentini tematizou a nova realidade do Brasil no mundo a partir da eleição de Lula. Traçou um paralelo entre Brasil e Argentina, refletindo sobre a situação econômica desses países que são os maiores no Cone Sul. Finalizando o encontro, Aldo Rebelo identificou a potência imperial norte-americana como a principal causadora das instabilidades internacionais, a partir das desigualdades entre países e povos. E que, sobretudo em função da nova correlação de forças aberta na América Latina a partir da eleição de Lula, vai-se formando uma aliança capaz de impor derrotas ao império norte-americano, como ocorreu na rodada de negociações comerciais da

OMC, em Cancun (uma apresentação mais detalhada das intervenções pode ser lida no portal [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br), na edição de 29 de setembro).

**A política externa do governo Lula prega a multipolaridade e a soberania dos povos; um de seus feitos foi a criação do bloco negociador G-24 na OMC que impôs limites às pretensões dos EUA, União Europeia e Japão**

PCdoB

## Wladimir, da “democracia corintiana”, agora é comunista

Outro ídolo do futebol veste a camisa vermelha do Partido

OSVALDO BERTOLINO\*

No dia 4 de setembro, Wladimir Rodrigues dos Santos, o craque Wladimir, do Corinthians, formalizou o seu ingresso no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em São Paulo. Ele vinha desempenhando importantes atividades ligadas à área esportiva. Foi um dos elaboradores de “O Esporte como Prioridade Social”, que serviu de embrião para o projeto que vem sendo aplicado pela Secretaria Municipal de Esporte de São Paulo — dirigida por Nádia Campeão, do PCdoB.

Wladimir foi um lateral extremamente técnico, que desarmava os adversários sem falta, passava com perfeição, tinha total domínio de bola e estava sempre tranqüilo. Ganhou a po-

sição de titular no Corinthians com 18 anos e mostrou uma regularidade impressionante em toda a carreira, com várias participações na Seleção Brasileira.

Ele foi um dos principais líderes da famosa “democracia corintiana” no início dos anos 80, e teve papel proeminente nas mudanças no futebol no início da dé-

**Um dos principais líderes da “democracia corintiana”, ele teve papel de destaque nas mudanças no futebol**

cada de 80 e, na época, dizia-se que as principais características da “democracia corintiana” eram a cabeça do doutor Sócrates, o sangue do Casagrande e a simpatia do Wladimir. Ele foi também presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais de São Paulo, eleito em 1984, ano em que participou da campanha das diretas-já.

Subiu em palanques e defendeu a volta da democracia no país. Em 1989, quando jogava no Santos, foi também administrador do estádio do Pacaembu, em São Paulo, durante o mandato da prefeita Luiza Erundina. Foi assim, diz Jairo José, “um dos poucos atletas com consciência política e ação militante”.



Wladimir (ao centro): da democracia corintiana para o PCdoB



## ENTREVISTA

# Viagem a um país que constrói o socialismo

Três dirigentes comunistas brasileiros visitaram a China e o Vietnã. Nesta entrevista, José Reinaldo Carvalho conta a viagem ao país de Ho Chi Minh

A delegação formada pelos dirigentes do Partido Comunista do Brasil Jô Moraes, vice-presidente do Partido, José Reinaldo Carvalho, vice-presidente e secretário de Relações Internacionais, e Walter Sorrentino, secretário de Organização, visitou a China e o Vietnã no mês de agosto. Nesta edição, *A Classe Operária* ouviu o relato de José Reinaldo sobre a viagem ao Vietnã; na próxima, ele falará sobre a viagem à China (a íntegra da entrevista pode ser lida no portal Vermelho [www.vermelho.org.br], onde foi ao ar no dia 20 de setembro de 2003) (Reny Feres).

**A Classe Operária:** Como estão as relações entre o PC do Vietnã e o PCdoB?

**José Reinaldo:** São relações já antigas e que se consolidam cada vez mais. E esta visita contribuiu para isso. Sempre tivemos em alta conta os dirigentes históricos do PC do Vietnã, como Ho Chi Minh, ideólogo, líder político e fundador do partido, e Nguyen Van Giap, que foi o grande general que comandou a derrota dos colonialistas franceses em 1954 e dos imperialistas norte americanos em 1975.

Esta visita serviu para simbolizar a amizade entre os dois governos, os dois partidos e os dois Estados nacionais. Nossa presença foi bastante homenageada – a própria embaixada brasileira, representada pelo embaixador Dr. Alcides Prates, participou de alguns eventos promovidos em homenagem à nossa delegação.

**A Classe Operária:** Qual é o modelo econômico que o Vietnã aplica?

**José Reinaldo:** É um modelo econômico onde o setor estatal e o setor público da economia são prioritários. Atuam para desenvolver as forças produtivas, construir infra-estrutura, absorver tecnologia e métodos administrativos modernos, industrializar e modernizar o país, mudar sua estrutura, que ainda é majoritariamente camponesa e agrícola, transformá-lo em um país industrializado. É uma gestão que combina o controle macro-econômico com a economia de mercado. Há também uso simultâneo de todos os componentes econômicos ou de uma economia multi-setorial: economia estatal, privada, mista, de capital estrangeiro. O terceiro aspecto é a abertura para o exterior. Importam, exportam e recebem investimentos estrangeiros maciços.

**A Classe Operária:** E há deficiências que podem ser apontadas?

**José Reinaldo:** A eficiência da economia ainda é baixa, da mesma forma que a competitividade com o mercado



Delegação do PCdoB em visita ao Mausoléu de Ho Chi Minh

internacional; o setor estatal ainda não desempenha seu papel como se espera; a prestação de serviços à população é deficitária, mesmo nos setores prioritários, como o de saúde e educação. Em geral há uma melhoria na vida do povo, mas ainda há setores da sociedade que não foram contemplados. A introdução da economia de mercado e do capital estrangeiro trazem consigo fenômenos negativos próprios do mundo capitalista, como o mau uso dos recursos públicos. Contra esses problemas, em 2001, o IX Congresso do Partido vietnamita aprovou uma resolução específica relativa ao combate à corrupção, à prostituição, ao uso de drogas.

**A Classe Operária:** Qual o papel do Partido no desenvolvimento do sistema político do Vietnã?

**José Reinaldo:** O Partido Comunista do Vietnã, apoiado nas tradições revolucionárias do povo vietnamita, é a força dirigente da sociedade. É dirigido pelo marxismo-leninismo e pelas idéias de Ho Chi Minh, que sistematizou um caminho

próprio de libertação nacional e construção da nova sociedade, levando em conta as peculiaridades do Vietnã, a defesa da soberania e da independência nacionais e os interesses das massas populares do Vietnã.

**A Classe Operária:** Você conversou com pessoas que passaram por todos esses períodos de guerra?

**José Reinaldo:** Conhecemos uma fábrica de doces, que era estatal e na qual hoje os trabalhadores e os quadros técnicos têm participação. Hoje é uma empresa de mercado, para produzir, para abastecer o mercado, obter lucro. É dirigida por um senhor de 75 anos de idade, 50 anos de militância no Partido e que foi combatente nas duas guerras de libertação. Ele fez um relato das seríssimas dificuldades de sobrevivência, pessoais, e coletivas, no período inicial da construção do socialismo. Disse que o Partido se dirigia às pessoas com o discurso de mobilização ideológica, política e de foco no heroísmo dos combatentes que realizaram façanhas e expulsaram o inimigo. Mas chegou o momento em que isso não mobilizava mais ninguém, pois eles não tinham comida ou meios de sobrevivência. Esse depoimento foi interessante por mostrar que não se consegue construir o socialismo se não se fomentar também a prosperidade econômica, não só no coletivo, mas também no âmbito individual.

**A Classe Operária:** A presença das mulheres é marcante no Vietnã?

**José Reinaldo:** As mulheres representam 27% dos deputados da Assembléia Nacional. Nos comitês do Partido, nos diversos níveis, também ocupam aproximadamente 27% dos cargos. No mercado de trabalho, especialmente no setor de alimentos e nas confecções, a maioria é composta de mulheres. Mas também em outros segmentos, de alta tecnologia, produção de eletrônicos, eletrodomésticos, há

muitas mulheres trabalhando em atividades qualificadas. O comportamento das mulheres no dia a dia, na maneira de trajar, é semelhante ao que vemos no Brasil, sem diferenças significativas.

**A Classe Operária:** É um povo orgulhoso de suas tradições e de sua religiosidade?

**José Reinaldo:** Fala-se muito que nos países socialistas não há liberdade religiosa. Eu vi muitas pessoas, nos parques sobretudo, fazendo orações. E em vários lugares, há lojinhas, casas, pequenos altares, com a imagem de Buda e incensos acesos. Eles cultuam suas tradições, presentes na religião, na música, que é belíssima, e na culinária, que é uma das mais sofisticadas e saborosas do mundo. Aquilo ali é tradição pura. Está nos licores, nas aguardentes, nas maneiras de preparar os pratos. Vem da cultura ancestral que eles lutam para manter até hoje. Visitamos muitos templos budistas e também memoriais, por exemplo um perto dos túneis de Cu Chi, erigido em homenagem aos mártires da guerra. Tem forma de templo budista, tal é a religiosidade da população e o respeito que os comunistas têm por esse sentimento. Possui várias lápides e, de alto a baixo na parede, estão gravados os nomes dos guerrilheiros mortos; são centenas, milhares de nomes.

**A Classe Operária:** O Vietnã é pouco conhecido do mundo ocidental. Você se lembra de filmes ou livros que mostrem mais fielmente a cultura do local?

**José Reinaldo:** Um dos filmes que mais me marcaram na época da guerra do Vietnã foi o documentário *Corações e mentes*. E também um livro chamado *Vietnã, a guerrilha vista por dentro*, do jornalista Wilfred Burchett, o maior clássico do jornalismo sobre a guerra do Vietnã. Ele viu a guerrilha e descreve com realismo contundente a epopéia do povo vietnamita. Há também o *Indochina*, para mim um clássico da dramaturgia cinematográfica. Assim que voltei da viagem quis revê-lo. Ele mostra a baía de Ha Long, uma das mais belas paisagens do mundo, tombada pela Unesco como patrimônio natural da humanidade. Retrata com a maior fidelidade o espírito nacional do Vietnã, refletindo-o na filha adotiva da personagem de Catherine Deneuve.

**A gestão combina controle macro-econômico e economia de mercado. Articula economia estatal, privada, mista, de capital estrangeiro, com abertura para o exterior**

## Eles derrotaram a França e os EUA

O Vietnã é um país pequeno e população densa: 80 milhões de habitantes. Lutou pela sua libertação de 1945 a 1975. Em 1945, os colonialistas franceses reocuparam o país e a guerra durou até 1954 quando, sob a liderança de Ho Chi Minh, os franceses foram derrotados na batalha de Dien Bien Phu. O tratado de paz impôs, contudo, a divisão do país, e o sul ficou submetido a um governo títere, a serviço do imperialismo. Quando a luta cresceu contra esse governo, nos anos 60, a intervenção dos EUA levou uma nova, longa e cruel guerra imperialista contra o povo vietnamita, que só terminou em 1975, quando a união das forças revolucionárias do sul e as tropas do norte derrotaram a maior força militar do planeta, os norte-americanos, expulsando-os do país.

Os vietnamitas começaram então a construir o socialismo no país reunificado; primeiramente aplicaram o velho modelo soviético que, por não levar em conta as peculiaridades e a realidade nacionais, fracassou. Isso levou o país a uma grave crise econômica. Em 1987, a inflação era de 700% ao ano; havia uma grande carência no abastecimento de mercadorias e artigos de primeira necessidade. Até o arroz, um alimento da cesta básica, era importado.

Hoje, o Vietnã tem relações diplomáticas com 170 países e relações comerciais e econômicas com 120 países. Seu crescimento econômico tem sido notável. O socialismo no Vietnã, em que esse regime ruiu na maior parte dos países que tentaram construí-lo, e numa situação mundial bastante desfavorável.

## O Vietnã ainda é um país pobre

Com uma renda per capita muito baixa, o Vietnã é um país ainda por se desenvolver. A prioridade é o combate à pobreza; apesar de criar 1.200.000 postos de trabalho por ano, o pleno emprego ainda é uma meta a atingir.

O crescimento econômico médio é superior a 7% ao ano, colocando o Vietnã entre os países de crescimento mais acelerado do mundo. Houve um grande desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo de infra-estrutura, com obras do setor energético, viário e de telecomunicações; 60% da economia do país está nas mãos do setor estatal e 40% no setor privado. A agricultura tem 24% do PIB; a indústria e construção, 36%; e o setor de serviços, 40%.

Em processo de modernização, já não predomina a feição de país agrário, miserável. Toda a população é alfabetizada e a educação primária é obrigatória. Em relação a 1986, a renda per capita subiu de 280 para 400 dólares, o número de estudantes foi multiplicado e a pobreza foi reduzida de 40% para 10% da população.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



CIÊNCIA

# Visão e conhecimento

*Pesquisas recentes sobre o cérebro confirmam a tese materialista de que o conhecimento decorre da experiência humana com o mundo objetivo*

VERÔNICA BERCHT\*

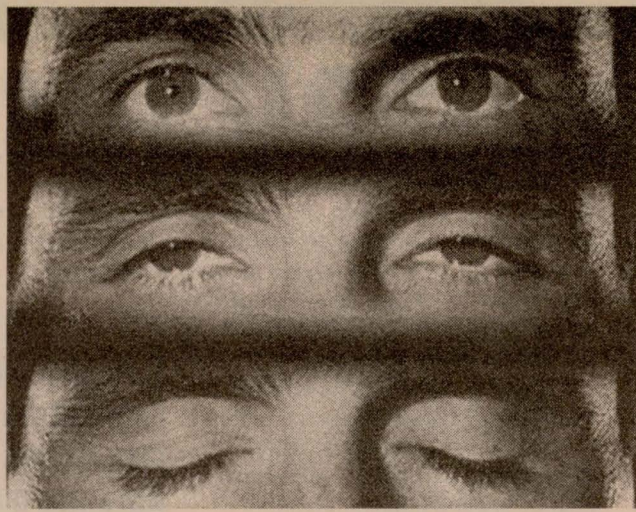
Para os materialistas, todo conhecimento registrado no cérebro dos homens reflete o mundo real, objetivo, que existe fora de nós, e se manifesta não só na forma de idéias e pensamentos mas também, como a neurociência descobriu, na própria conformação plástica do órgão do pensamento, nas infinitas conexões que os neurônios estabelecem entre si e que fixam, na anatomia daquele órgão, a experiência vivida e aprendida.

Muito do que se conhece sobre o funcionamento do cérebro é devido ao relato médico de acidentes sofridos por pessoas, da evolução da recuperação das vítimas e das seqüelas deixadas por eles. Em geral raros, esses casos fornecem informações preciosas. Um deles foi publicado recentemente, na edição de setembro, pela revista britânica *Nature Neuroscience*, num artigo de autoria de uma equipe de especialistas liderada por Ione Fine, da Universidade da Califórnia, e que descreve a história de um homem, identificado como MM, que – aos três anos e meio de idade – perdeu quase toda a visão do olho direito e ficou com o esquerdo cego após um acidente. Ele ainda conseguia perceber alguma luminosidade, mas nenhuma forma ou cor.

Estudos desse tipo apontam para uma forte interação entre a experiência e o funcionamento do cérebro, e ajudam a dar passos para uma compreensão mais acurada do próprio conhecimento humano.

É o que o caso de MM demonstra: mesmo sem enxergar, ele chegou a ser campeão de esqui na categoria para cegos. 40 anos depois do acidente – e depois de várias tentativas – um implante de córnea devolveu-lhe a visão de um dos olhos. A cirurgia foi feita em 2001 e MM, como outros pacientes semelhantes, foi capaz de reconhecer as cores; depois, reconhecia também formas simples, identificava texturas e podia processar objetos em movimento. Mas era incapaz de reconhecer figuras tridimensionais, como o desenho de um cubo feito de linhas, ou o rosto de uma pessoa, e não percebia a perspectiva não podendo, assim, avaliar distâncias e velocidades. Quando esquiava, ele preferia manter com o olho fechado.

Dificuldades vividas por pacientes em situação semelhante são conhecidas desde 1964, quando Richard Gre-



gory, professor de neuropsicologia da Universidade de Bristol, na Inglaterra, relatou o caso que ficou conhecido como SB. Para Gregory, a maioria desses casos terminam de forma triste, envolvendo depressões profundas. Privadas da visão, aquelas pessoas desenvolveram quadros referenciais para orientar-se usando outros sentidos. Por isso, recuperando-a, mesmo parcialmente, mergulharam na confusão. SB, por exemplo, sentia-se realizado enquanto estava cego mas, recuperando a visão, passou a ter uma vida “miserável”. “Isso pode ser devido à frustração da expectativa de ganhar uma visão completa, ou pode ser simplesmente porque provoca muita confusão”, diz Gregory. Quando cego, SB podia, por exemplo, atravessar confiante uma rua movimentada; ao recuperar a visão, ele passou a ficar apavorado nessa situação.

MM perdeu a visão aos 3 anos; recuperou-a depois de 40 anos. Mas, sem as conexões neurais para processar imagens complexas, o cérebro não conseguia interpretar o que os olhos viam.

Isto parece mostrar que uma pessoa que recupere a visão após um período prolongado de cegueira pode enxergar,

mas não possui em seu cérebro as conexões neurais para interpretar corretamente o que vêem.

Hoje sabe-se que a criança pode enxergar ao nascer, e que a experiência visual nos primeiros anos de vida é necessária para o desenvolvimento das conexões neurais envolvidas no processamento normal da visão. Ione Fine e sua equipe sugerem que, aos 3 anos de idade, essas conexões neurais estão bem estabelecidas, robustas, e mesmo quando submetidas à privação de uso por longo tempo, poderiam voltar a ser usadas. Mas outras conexões neurais, responsáveis pelo processamento das formas complexas, são desenvolvidas mais tarde, e permanecem plásticas ao longo da vida. Isto é, para poder permitir o reconhecimento de novos objetos e formas, elas podem ser alteradas ao longo da vida de uma pessoa. A falta de uso tem, então, consequências severas.

Estudos como estes demonstram, de forma crescente, a articulação profunda entre os sentidos (a visão em particular), o conhecimento e o cérebro. O reconhecimento do importante papel da experiência no desenvolvimento da visão é antigo. Um dos pioneiros em sua constatação foi o filósofo inglês John Locke, que escreveu sobre isso em 1694. Talvez mais do que os outros sentidos, é através da visão que o mundo objetivo se reflete no cérebro humano. É através dela que os seres humanos elaboram os principais quadros de referência para sua relação com o mundo objetivo, criados através da experiência, da ação prática na relação com os objetos, com as pessoas – e mesmo com as idéias. São quadros referenciais construídos no cérebro na forma de idéias, sensações, conjecturas, teses, categorias, conceitos. Nesse sentido, os estudos sobre a visão e sobre os distúrbios cognitivos sofridos por aqueles que, depois de longos períodos de privação, puderam recuperá-la iluminam o entendimento sobre o funcionamento de nosso cérebro e confirmam a tese materialista de que o conhecimento não é inato ou resultado de uma iluminação, mas decorre da experiência humana com o mundo objetivo.

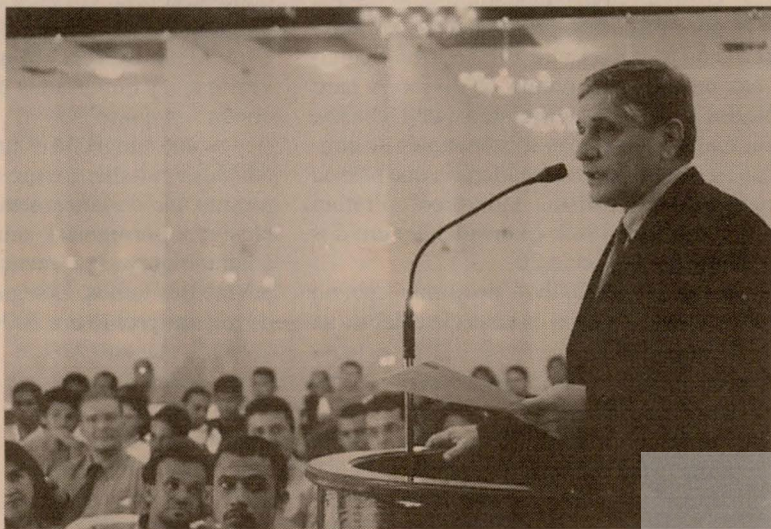
\*a primeira versão deste texto foi publicada no site [www.oficinainforma.com.br](http://www.oficinainforma.com.br)

POLÍTICA CULTURAL

## Questão de soberania

*A cultura, mais que nunca, é uma questão de sobrevivência nacional*

EDUARDO BOMFIM\*



Eduardo Bomfim, secretário de Cultura de Alagoas

Como o espaço é exíguo, passo aos tempos atuais. A esta supremacia avassaladora, de território e economias arrasadas, surgiu pelos quatro cantos da Terra, o contraponto teórico, político e mesmo militar. Ainda no campo da resistência.

Até o momento, o Império

tem levado vantagem. Mesmo que a cada vitória aumente o grau de dificuldades e revoltas por todos os continentes, constatados em pesquisas, inclusive no Brasil. Não é por acaso que a história da humanidade registra, em todos as épocas, o crescimento e declínio

dos grandes senhores do mundo.

A verdade é que atualmente, dois fatores são imprescindíveis para a sobrevivência dos Estados Nações diante da ação avassaladora dos novos predadores. Primeiro, a luta decidida dos cidadãos e suas instituições armadas, em defesa da integridade dos limites do seu espaço territorial. Ao mesmo tempo, a preservação de um outro elemento substancial que integra, incorpora a existência ou não de uma pátria - a cultura de um povo. Hoje, talvez em função destas novas condicionantes, percebe-se que o termo extrapola a visão deformada de que esta é uma questão menor, restrita aos teatros requintados e outros círculos cultos. Coisa para iniciados. Extrapola os importantes centros de excelência, sejam eles universidades, clubes, Academias ou Institutos. Todos eles imprescindíveis, fundamentais mesmo.

A cultura, se já não é uma necessidade sempre presente, hoje mais que nunca, passa a ser uma

questão de sobrevivência nacional. O Brasil, como qualquer outro país, possui duas fronteiras claramente delimitadas, a física e a cultural.

Esta última significa a nossa história, nossa identidade, valores, tradições e renovações. Não se resume ao campo das artes, mas abrange um amplo campo de conhecimento, inclusive científico e tecnológico, e outros tantos.

Há, no entanto, uma outra questão vital, fundamental. A apropriação pelos amplos segmentos do povo desta cultura. É o que significa “inclusão cultural”. Desta maneira, cresce a capacidade de emancipação da sociedade em larga escala, tanto na reflexão do ser coletivo e individual, como na busca da verdadeira libertação social, na trajetória do desenvolvimento nacional. Porque as nações hegemônicas, especialmente os EUA, desejam manter os nossos “braços ativos e as nossas mentes inertes”. Um “deserto de pensamento” e uma esquizofrenia antropológica.

Os novos ventos que sopram, elevaram, com urgência, a cultura ao patamar de instrumento indeclinável de fronteira e soberania nacional.

Secretário de Cultura de Alagoas, vice-presidente para o Nordeste do Fórum de Documentação e Memória Cultural, e membro do Comitê Central do PCdoB. Texto de depoimento à Assembleia Legislativa de Alagoas, em 21 de setembro de 2003.

Torna-se evidente o declínio e descrédito total do chamado “pensamento único hegemônico”, que engloba um conjunto de conceitos, perpassando pelos negócios, economia, geopolítica, nações e uma série de outras discussões.

Ele possui como carro chefe a estratégia econômica de expansão e domínio por parte do grande capital, em especial o especulativo, e submissão, através da capitulação, das nações não hegemônicas ao núcleo de países denominados como as grandes potências militares e econômicas, muito em especial os EUA.

Tal ideologia apregoava o fim das nações e, em conseqüência, das fronteiras nacionais; portanto, a circulação livre das mercadorias, onde as relações de trocas comerciais dar-se-iam em condições de equanimidade. Sob o seu controle, organismos financeiros e comerciais internacionais.

Resumidamente, estes preceitos conduziram o mundo e os povos, a uma nova era de fartura e prosperidade, paz e liberdade. Seria aquele “Admirável Mundo Novo” que nos descrevia o grande romancista Aldous Huxley.

Mas a realidade mostrou-se trágica. Fome, miséria em escala jamais presenciada.

Além disso, consolidou-se o maior império militar de que a História tem conhecimento. Bárbaro e insaciável como todos os seus antecedentes. Só que bem mais poderoso, sem um campo que refreasse os seus ímpetus anexionistas.



# A memória impossível de Gabriel García Márquez

Poetas, seresteiros, namorados, jornalistas, escritores e amantes das artes e do bom gosto, correi à livraria mais próxima!

CARLOS POMPE

Saiu a edição brasileira do mais recente livro de Gabriel García Márquez, “Viver para contarla”, traduzido por Eric Nepomuceno (Editora Record) como *Viver para contar*. Benjamin Franklin, em sua autobiografia, foi condescendente com o gênero: “A coisa mais semelhante a reviver a própria vida é lembrá-la e tornar essa lembrança o mais durável possível deixando-a por escrito”. Gabriel García Márquez, na sua narrativa colombiana, fiel a seu estilo de repleto de realidade e imaginário, colocou como epígrafe: “A vida não é o que se viveu, mas o que se recorda e como se recorda para contá-la”.

Neste século, o escritor latino-americano se debruçou sobre o século passado, a partir de lembranças e criações, tendo por pano de fundo sua Colômbia, uma república impossível de ser vivida. Como impossível é a memória: Gabito refere-se a lembranças suas e de seus irmãos que podem ser descritas “como se as houvéssemos vivido e, no entanto, hoje continuam sendo uma de minhas falsas recordações”. Conta, por exemplo, um massacre de bananeiros, que recriou ficcionalmente em um de seus livros, alertando que a recordação é nítida, “porém não há nenhuma possibilidade de que seja certa”. Admite que, ainda menino tinha em sua casa a má reputação de ter lembranças “intrauterinas e sonhos premonitórios”. Reconhece que a nostalgia apaga as más recordações e magnífica as boas. Confessa ter sido contestado por sua mãe, ao evocar episódios que ocorreram quando ainda não tinha dois anos de nascido – lembrança do fato ou do relato? do vivido ou do ouvido? Em outro trecho, professa que, por vezes, o confronto com outra versão de episódios, não tão grandiosos como o que queria acreditar ou defender, lhe causa “sentimento de frustração”.

Segue neste seu livro o preceito escrito por Anatole France em *O jardim de Epicuro*: “O artista deve gostar da vida e mostrar-nos que ela é bela. Não fosse ele, duvidaríamos disso”. García Márquez não deixa dúvidas. Sua trajetória como contista, novelista, redator de radionovela, editorialista, repórter, crítico de cinema e vivente da latino-américa e do mundo é a afirmação do gosto de viver – e de contar.

Como o livro trata, basicamente, de memórias, criações e reflexões sobre o período vivido na Colômbia, antes da partida do autor para a Europa para uma cobertura jornalística, no final dos anos 1950, é a realidade e a magia da primeira metade do século no Caribe o seu material básico. Repleto de episódios dramáticos, picarescos e pitorescos, a obra é fonte de diversão e de aprendizado. Como quando Gabo cita o amigo Eduardo Carranza, avaliando a poesia: “Se a poesia não serve para me efervescer o sangue, para me abrir de repente janelas misteriosas, para me ajudar a descobrir o mundo, para acompanhar a este desolado coração na solidão e

no amor, na festa e no desamor, para que serve a poesia?”

Ou quando valoriza a reportagem como gênero literário e exerce o ofício, recriando os acontecimentos dramáticos e sangrentos ocorridos em Bogotá em 9 de abril de 1948, não a partir de suas lembranças, mas tendo por base documentos, noticiários e conversações com os participantes e testemunhas.

O ponto de partida da narrativa é a viagem de Gabriel com a mãe, Luisa Santiaga Márquez Iguarán, para realizar a venda de uma casa, quando tinha 23 anos, e mandou o recado ao pai: “Diga-lhe que o único que quero na vida é ser escritor, e que o serei”. Com esse mote, passa a contar venturas e desventuras, traçar um itinerário intelectual de seu país e de sua formação, listando e avaliando escritores e eventos que marcaram e marcam sua trajetória e modo de pensar, como Virginia Woolf, Faulkner, Kafka e Joyce. Remete-se a episódios e a visões que o perseguiram até que conseguiu exorcizá-los “num conto”.

Nascido em Arataca, em 1928, ali viveu com sua avó até aos oito anos. Embora tenha estudado Direito, abandonou o curso e estreou na carreira jornalística em 1948, com a coluna Punto y Aparte, no jornal “El Universal”, de Cartagena. Em 1955, como jornalista do El Espectador, de Bogotá, publicou a história do marinheiro Luís Alexandre Velasco, o único dos oito marinheiros que sobreviveu ao cair no mar quando retornava de uma missão à bordo de um navio da Marinha colombiana – a reportagem foi publicada em livro, inclusive no Brasil, com o título *Relato de um naufrago*. Durante esta época, era um jovem solitário, muito preocupado com questões literárias, freqüentador de bordéis e de cinema.

García Márquez viveu durante vários anos na França, México e Espanha. Estudou cinema na Itália. Iniciou a carreira literária com a publicação de diversos contos, como, por exemplo, *A Trovoada* (1955) e *Ninguém Escreve ao Coronel* (1962). Nestes textos estão já presentes o mundo mítico e fantástico que retrata magistralmente na sua obra-prima, *Cem Anos de Solidão* (1967), escrita no México, entre 1965 e 1966, segundo conta nas memórias, ouvindo os discos *A hard days night*, dos Beatles, e os *Prelúdios*, de Debussy. Nesta obra, realidade e forças sobrenaturais se confundem, dando origem à corrente literária que passou a ser designada por “realismo fantástico”. Prêmio Nobel de Literatura em 1982, é considerado um dos principais escritores do século 20.

Na década de 60, trabalhou no jornal cubano *Granma Internacional* – todos os anos ele celebra, na

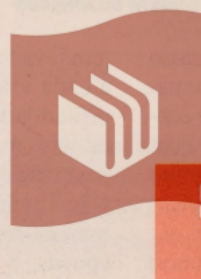
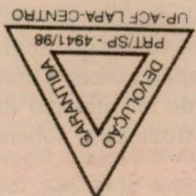
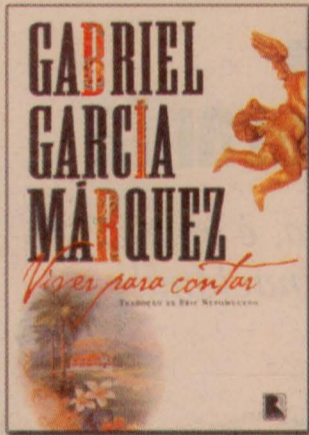
Ilha, o aniversário de Fidel Castro. Sua ligação com os cubanos é marcante. O dinheiro recebido com o Prêmio Nobel foi entregue à Escola Internacional de Cinema e Televisão de Cuba, onde todos os anos ele orienta um curso de roteiros. Seu filho, Rodrigo García Márquez, é cineasta e ganhou, com *Coisas Que Você Pode Dizer Apenas Olhando para Ela*, um dos prêmios que o Festival de Cannes reserva para os filmes que não concorrem à Palma de Ouro. Em Cuba, Gabriel também criou a Fundação do Novo Jornalismo Ibero-Americano, um sistema de oficinas experimentais de jornalismo, em que novos jornalistas trabalham sob a direção de veteranos da profissão.

Mesmo sendo jornalista renomado, Gabo reiterou, inúmeras vezes, que “detesta entrevistas”, o que reafirma em suas memórias: “Hoje é incontável o número de entrevistas de que fui vítima ao longo de cinquenta anos em meio mundo, e todavia não consegui me convencer da eficácia do gênero, nem de ida nem de volta. A imensa maioria das que não pude evitar sobre qualquer tema deveriam ser consideradas como parte importante de minhas obras de ficção, porque são apenas isso: fantasias sobre a minha vida. No entanto, as considero inestimáveis, não para publicar, mas como material de base para a reportagem, que considero como o gênero estelar do melhor ofício do mundo”. Afirmou, numa entrevista à *Paris Review*, em 1981: “A ficção ajudou meu jornalismo, porque deu a ele valor literário. O jornalismo ajudou minha ficção porque me manteve em contato íntimo com a realidade”.

Em *Viver para contar* fala também aos sentimentos, pois como comentou com ele Félix B. Caignet, de quem adaptou para o rádio do drama-lhão *O direito de nascer*, “as pessoas sempre querem chorar: o que faço é dar-lhes o pretexto”. Mas não esquece o estilo, lembrando a tarefa que exerceu, numa das publicações em que trabalhou, de submeter textos “a um processo de simplificação formal que haveria de ser útil para meu ofício. Consistia em ganhar espaço com a eliminação não só de palavras inúteis, mas também de fatos superfluos, até deixá-los na pura essência, sem afetar seu poder de convicção. Quer dizer, apagar tudo o que pudesse sobrar, em uma forma drástica, em que cada palavra deveria responder por toda a estrutura. Este foi um exercício dos mais úteis em minhas investigações enviesadas para aprender a técnica de contar um conto”.

A autobiografia é um fenômeno editorial. As edições em italiano e em alemão ficaram prontas no mesmo ano do lançamento, outras 32 traduções, inclusive a portuguesa, saíram neste ano. O escritor adiantou que a sua intenção é publicar as memórias em até três tomos. O segundo volume das memórias deve estar pronto em 2004.

**A ficção ajudou o jornalismo e o jornalismo garantiu o contato íntimo com a realidade**



**CDM**  
ALAMEDA SARUTAIA, 185 - JARDIM PAULISTA, SÃO PAULO - SP  
CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP  
TEL: (11) 3054 1800  
Fundação Maurício Grabois  
A Classe Operária  
EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925  
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNEM-SE

IMPRESSO